



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR  
Engenharia

**Reabilitação e Ampliação da Quinta do Bodo em  
Sobrosa  
Projeto do Centro de Artes e Ofícios da Madeira  
Versão Final**

**Cláudia Sofia Ferreira Pacheco**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Arquitetura**  
(ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Doutor Michael Heinrich Josef Mathias  
Co-orientador: Prof. Doutor Jorge Humberto Canastra Marum

**Covilhã, dezembro de 2018**



## Resumo

A presente dissertação compreende o estudo e proposta de recuperação de uma quinta de lavrador do séc. XVIII para centro de artes e ofícios da madeira na freguesia de Sobrosa, concelho de Paredes.

Em suma procura a análise de um objeto arquitetónico quanto ao seu carácter sociocultural, histórico e arquitetónico, analisando ainda o contexto legislativo em vigor aplicável à conservação e valorização do património arquitetónico.

Em complemento a estas matérias, o estudo do enquadramento sociocultural e económico do território permite uma proposta de atribuição de uma nova função ao edifício, através da sua recuperação e complementação volumétrica, criando um programa de formação com ênfase nas artes e ofícios locais que possuirão oficinas de trabalho onde os alunos poderão concretizar os seus projetos, procurando assim amenizar os números do desemprego jovem através da promoção de empregos próprios ou do desenvolvimento de projetos com base em ofícios tradicionais que possam ter lugar nos mercados atuais. Destas matérias nasce um novo espaço complementar ao edifício, parte de um conjunto uniforme, que funciona em harmonia programática e formal e que se enquadra nas necessidades existentes na zona.

## Palavras-chave

Património Arquitetónico, Centro de Formação, Recuperação, Conservação, Valorização, Arquitetura Vernacular.



# Abstract

The present dissertation includes the study and proposal for the recovery of a farmer house from the 18th century to a center for the arts and crafts of wood in the parish of Sobrosa, municipality of Paredes.

In short, it seeks the analysis of an architectural object to its sociocultural, historical and architectural character, also analyzing the current legislative context applicable to the conservation and valorization of the architectural heritage.

In addition to These matters, the study of the sociocultural and economic framework of the territory allows the proposal to assign a new function to the building, through its recovery and volumetric complementation, creating a training program with emphasis on the local arts and crafts that will have workshops where students will be able to carry out their projects, thus seeking to reduce youth unemployment by promoting their own jobs or developing projects based on traditional skills that may take place in today's markets. From these materials a new space is added to the building, part of a uniform set that works in a programmatic and formal harmony that fits the existing needs in the area.

## Keywords

Architectural Heritage, Formation Center, Recovery, Conservation, Valorization, Vernacular Architecture.



# Índice

1 Introdução	1
1.1 Objetivos	2
1.2 Metodologia	2
1.3 Estrutura	2
2 Contextualização	5
2.1 Contexto geográfico	6
2.1.1 Portugal Continental	6
2.1.2 Zona do Minho ao Mondego	8
2.1.3 Vale do Sousa	10
2.2 Caracterização da área de estudo	11
2.2.1 Sobrosa	11
2.2.2 Breve história de Sobrosa	13
3 Património	17
3.1 Definição de património	18
3.2 Conservação do património	19
3.3 Conservação do património rural	21
3.4 Conservação do património arquitetónico em Portugal	23
4 Arquitetura vernacular portuguesa	25
4.1 A casa popular	26
4.1.1 Evolução da habitação rural	27
4.2 Casa de lavoura	31
4.2.1 Implantação	31
4.2.2 Morfologia	33
4.2.3 A cozinha rural	34
5 Caso de estudo	39
5.1 Fernando Távora	40
5.2 Casa de férias em Ofir	41
5.2.1 Enquadramento	42
5.2.2 Morfologia	43
6 Casa do Bodo	45
6.1 Caracterização	47
6.1.1 Composição urbana	47
6.1.2 Morfologia	48
6.1.3 Descrição das fachadas	50
6.1.4 Fases de reabilitação	54
6.2 Intervenção	61

6.2.1 Conceito	61
6.2.2 Programa	62
6.2.3 Plano de Formação	65
6.2.4 Acabamentos	66
7 Considerações finais	69
8 Bibliografia	71

# Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa de Portugal dividido em três zonas principais.....	7
Fonte: Medeiros, Carlos Alberto. Geografia de Portugal: Ambiente Natural e Ocupação Humana – Uma Introdução. Lisboa, 2000.	
Figura 2 – Zona do Minho ao Mondego.....	9
Fonte: Távora, Fernando; Pimentel, Rui; Meneres, António. A Arquitetura Popular em Portugal. Lisboa, 2004. Pág. .3	
Figura 3 – Zona do Vale do Sousa.....	10
Fonte: O vale do Sousa. <a href="http://www.valsousa.pt/images/stories/a_regio_32.jpg">http://www.valsousa.pt/images/stories/a_regio_32.jpg</a>	
Figura 4 – Mapa de Sobrosa.....	12
Fonte: Câmara Municipal de Paredes. SIGAP Sistema de Informação Geográfica da Autarquia de Paredes. <a href="http://sig.cm-paredes.pt/MuniSIG/Html5Viewer/index.html?viewer=LC__PMOT.UrbanismoCMP">http://sig.cm-paredes.pt/MuniSIG/Html5Viewer/index.html?viewer=LC__PMOT.UrbanismoCMP</a>	
Figura 5 – Casas com características vernaculares.....	15
Fonte: Câmara Municipal de Paredes. SIGAP Sistema de Informação Geográfica da Autarquia de Paredes. <a href="http://sig.cm-paredes.pt/MuniSIG/Html5Viewer/index.html?viewer=LC__PMOT.UrbanismoCMP">http://sig.cm-paredes.pt/MuniSIG/Html5Viewer/index.html?viewer=LC__PMOT.UrbanismoCMP</a>	
Figura 6 – Povoação castreja- Citânia de Sanfins.....	28
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 7 – Organização de uma Vila Romana.....	30
Fonte: <a href="https://image.slidesharecdn.com/romasociedade-110312104951-phpapp02/95/roma-sociedade-e-poder-8-728.jpg?cb=1299927113">https://image.slidesharecdn.com/romasociedade-110312104951-phpapp02/95/roma-sociedade-e-poder-8-728.jpg?cb=1299927113</a>	
Figura 8 – Povoamento disseminado.....	32
Fonte: Távora, Fernando; Pimentel, Rui; Meneres, António. A Arquitetura Popular em Portugal. Lisboa, 2004. Pág. .37	
Figura 9 – Desenho exemplificativo da organização do complexo agrícola.....	33
Fonte: Fonte: Távora, Fernando; Pimentel, Rui; Meneres, António. A Arquitetura Popular em Portugal. Lisboa, 2004. Pág. .111	
Figura 10 – Lareira com o forno ao canto. Alvre, Paredes.....	35
Fonte: Oliveira, Ernesto; Galhano Fernando. Arquitetura Tradicional Portuguesa. Lisboa, 1994. Pág. .112	
Figura 11 – Lareira com o forno ao canto. Casa do Bodo.....	35
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 12 – Tipos de chaminés.....	37
Fonte: Oliveira, Ernesto; Galhano Fernando. Arquitetura Tradicional Portuguesa. Lisboa, 1994. Pág. 121	
Figura 13 – Vista exterior da chaminé. Casa do Bodo.....	37
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 14 – Fernando Távora.....	41
Fonte: <a href="https://jpn.up.pt/wp-content/uploads/2014/12/ftavora_lfalves.jpg">https://jpn.up.pt/wp-content/uploads/2014/12/ftavora_lfalves.jpg</a>	
Figura 15 – Implantação.....	41
Fonte: Direção-Geral do Património Cultural <a href="http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/cache/e5/b9/e5b96e136ad7c7b974cab56b8a49be24.jpg">http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/cache/e5/b9/e5b96e136ad7c7b974cab56b8a49be24.jpg</a>	

Figura 16 – Envolvente.....	42
Fonte: Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva.	
<a href="http://arquivoatom.up.pt/uploads/r/fundacao-instituto-arquitecto-jose-marques-da-silva/3/8/384f0ba4a1fe2e622c5c7b9beab81a71fc155d3c4a294b2f7b0c0a77a978aa1c/FIMS_FT_0040-Foto0007_141.jpg">http://arquivoatom.up.pt/uploads/r/fundacao-instituto-arquitecto-jose-marques-da-silva/3/8/384f0ba4a1fe2e622c5c7b9beab81a71fc155d3c4a294b2f7b0c0a77a978aa1c/FIMS_FT_0040-Foto0007_141.jpg</a>	
Figura 17 – Planta.....	43
Fonte: <a href="http://www.flickr.com/photos/21507681@N00/40381665/">http://www.flickr.com/photos/21507681@N00/40381665/</a>	
Figura 18 – Alçado Este da Casa do Bodo.....	46
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 19 – Localização da Casa do Bodo.....	47
Fonte: Google Maps	
<a href="https://www.google.pt/maps/place/R.+de+Tr%C3%A1s+das+Eiras,+Sobrosa/@41.2453735,-8.3559317,619m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0xd248c4cdb95e3db:0x455b427ab934f4fa!8m2!3d41.2453735!4d-8.353743">https://www.google.pt/maps/place/R.+de+Tr%C3%A1s+das+Eiras,+Sobrosa/@41.2453735,-8.3559317,619m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0xd248c4cdb95e3db:0x455b427ab934f4fa!8m2!3d41.2453735!4d-8.353743</a>	
Figura 20 – Envolvente da Casa do Bodo.....	48
Fonte: Câmara Municipal de Paredes. SIGAP Sistema de Informação Geográfica da Autarquia de Paredes.	
<a href="http://sig.cm-paredes.pt/MuniSIG/Html5Viewer/index.html?viewer=LC__PMOT.UrbanismoCMP">http://sig.cm-paredes.pt/MuniSIG/Html5Viewer/index.html?viewer=LC__PMOT.UrbanismoCMP</a>	
Figura 21 – Plantas da habitação.....	49
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 22 – Alçado Este.....	51
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 23 – Alçado Sul.....	51
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 24 – Alçado Oeste.....	52
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 25 – Alçado Norte.....	52
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 26 – Continuação do alçado Norte.....	53
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 27 – Volume mais antigo da habitação.....	54
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 28 – Parede no interior da cozinha onde se pode observar uma preexistência e alteração do pé-direito.....	55
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 29 – Volume destacado do resto da habitação.....	55
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 30 – Relação entre a fachada preexistente e a mais recente.....	56
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 31 – Novo volume construído.....	57
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 32 – Fotografia antiga do pátio interior.....	58
Fonte: Jornal de Sobrosa.	

Figura 33 – Fotografia atual do pátio interior.....	58
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 34 – Fotografia antiga do encontro entre as fachadas nascente e sul.....	59
Fonte: Jornal de Sobrosa.	
Figura 35 – Fotografia atual do encontro entre as fachadas nascente e sul.....	59
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 36 – Divisões atuais da habitação.....	60
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 37 – Relação entre os materiais construtivos, o vernáculo e o contemporâneo.....	61
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 38 – Relação entre o edifício existente e o novo.....	62
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 39 – Implantação.....	63
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 40 – Planta piso 0.....	64
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 41 – Planta piso -1.....	64
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 42 – Planta piso -2.....	65
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 43 – Alçado Este.....	66
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 44 – Alçado Norte.....	67
Fonte: Autora da dissertação.	
Figura 45 – Vista Aérea.....	67
Fonte: Autora da dissertação.	



# Lista de Acrónimos

UBI                    Universidade da Beira Interior



# Capítulo 1: Introdução

Esta dissertação tenta fazer a ponte entre o passado e o presente na arquitetura, através da integração de uma Escola de Artes e Ofícios num edifício com características vernaculares.

## **1.1 Objetivos**

O objetivo principal desta dissertação é fazer a recuperação da Casa do Bodo, para que ela possa voltar a servir a comunidade e despertar o interesse por este tipo de edificações que se encontram muitas vezes ao abandono ou em elevado estado de degradação. É também fazer a ponte entre a atualidade, onde o mercado de trabalho está muito industrializado com as técnicas mais manuais e tradicionais que trazem uma mais valia e autenticidade ao trabalho realizado.

## **1.2 Metodologia**

O método utilizado para a realização deste trabalho consiste em efetuar uma pesquisa teórica com base nos conceitos de património e arquitetura vernacular ou rural de forma a poder compreender estes conceitos e as suas características. A evolução da habitação rural e as suas características também são estudadas de forma a poder compreender as condicionantes do objeto em estudo. Por fim, passa também por uma pesquisa sobre os fatores que influenciam o projeto, quer sejam geográficos, históricos ou sócio- económicos através da sua relação com a freguesia de Sobrosa.

## **1.3 Estrutura**

Este trabalho está dividido em cinco capítulos organizados por temas que se vão aproximando do objetivo final, a reabilitação da Casa do Bodo. No primeiro capítulo é feito o enquadramento geográfico e histórico da habitação em Sobrosa, mas também no Vale do Sousa, na zona geográfica do Minho e em Portugal continental.

No segundo é feita uma breve introdução ao contexto de património, às medidas de conservação existentes no panorama mundial, no contexto português e em relação à arquitetura vernacular.

O terceiro capítulo aprofunda a temática da arquitetura vernácula, é feita a sua descrição e breves enquadramentos históricos da evolução deste tipo de habitações.

No quarto capítulo é feita a análise do caso de estudo. A Casa de férias em Ofir, por Fernando Távora e por fim, no quinto capítulo é feita a análise ao objeto de estudo e a intervenção proposta.



“A noção de “lugar” não remete exclusivamente para as coordenadas do local. Ela veicula a ideia- e o ideal- de “raízes” e de um “enraizamento” contido na noção de “génio”, que significa ao mesmo tempo singularidade e continuidade.”<sup>1</sup>

## Capítulo 2: Contextualização

---

<sup>1</sup> Frias, Aníbal; Peixoto, Paulo apud Peixoto, Paulo. Os meios rurais e a descoberta do património. Coimbra, 2002. Pág. 12-13

## 2.1 Contexto Geográfico

Para se compreenderem melhor as características da Casa do Bodo, é preciso, em primeiro lugar, fazer um breve enquadramento da zona onde está inserida. Este contexto faz a ligação entre o objeto em estudo e a sua envolvente geográfica.

O espaço geográfico estabelece as condições favoráveis à fixação da população como as condições propícias à produção agrícola e conseqüentemente à formação urbana do território.

### 2.1.1 Portugal Continental

Portugal Continental está dividido em três zonas distintas e que influenciaram grandemente as propriedades dos edifícios vernaculares. As características da Zona Geográfica do Minho, que está inserida no Norte Litoral, como o relevo, a hidrografia, a geologia e o clima condicionam o tipo de ocupação do território, os métodos construtivos e todo um modo de vida que dependia da agricultura para sobreviver.

O território continental português possui características únicas, devido às influências marítimas do Oceano Atlântico e terrestres de Espanha. A influência oceânica verifica-se em todo o litoral do território, onde o relevo é mais baixo, enquanto as mediterrânicas influenciam mais o interior. O país encontra-se dividido em três zonas distintas:

- Norte Atlântico;
- Norte Interior;
- Sul.

A Noroeste, o clima é mais húmido em oposição ao Interior onde se verificam grandes amplitudes térmicas. As zonas Norte estão divididas por montanhas que tornam o interior menos suscetível às influências marítimas. A Sul estão presentes características mediterrânicas mais acentuadas onde o Verão é seco e prolongado e na sua topografia dominam as extensas plantações.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Medeiros, Carlos Alberto. Geografia de Portugal: Ambiente Natural e Ocupação Humana - Uma Introdução. Lisboa, 2000.

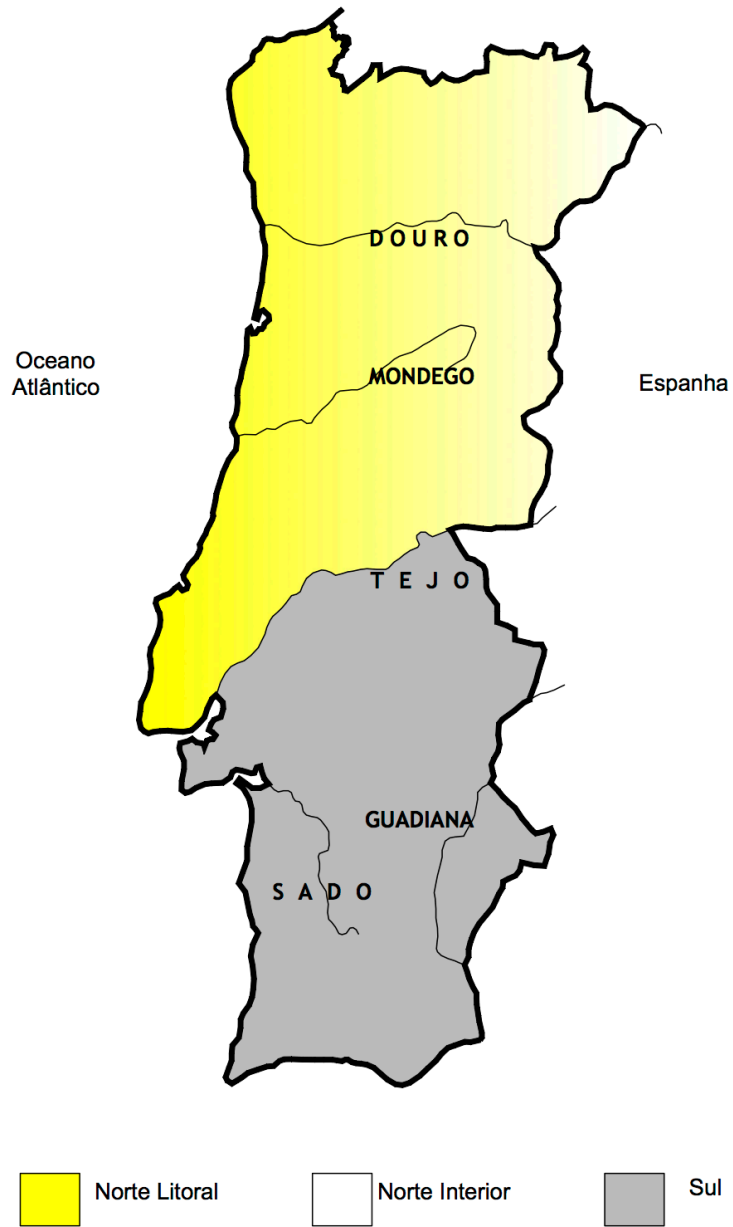


Figura 1 Mapa de Portugal dividido em três zonas principais.

## 2.1.2 Zona do Minho ao Mondego

A Zona do Minho ao Mondego é limitada por dois rios: a Norte o rio Minho e a Sul o rio Mondego. Este limite é assim definido no livro *Arquitetura Popular em Portugal* como uma grande e diversa zona que se une devido às suas particulares.

É uma zona densamente povoada e com características geográficas que vão desde o litoral até ao montanhoso interior. Esta zona possui características arquitetónicas muito distintas.<sup>3</sup>

Tem o seu relevo dividido em três zonas identificadas que se estendem paralelamente ao litoral. As cotas mais baixas prolongam-se até aos 400m de altitude, recortadas pela foz dos rios, as intermédias chegam aos 800m e são compostas por vales, colinas e montes que fazem a ligação às cotas mais altas com as alturas superiores a 800m e abrangem as formações rochosas mais a leste. A permeabilidade do solo granítico em conjunto com as chuvas regulares são a origem do grande número de rios que recortam o solo com pouca distância entre si e com intervalos regulares. Destaca-se o Rio Douro, que tem como grande afluente o Rio Tâmega, no qual desaguam um grande número de afluentes como o Rio Sousa. Do Rio Minho ao Douro encontram-se as Serras da Peneda, do Soajo, do Gerês, do Marão pertencentes à Meseta Ibérica, sendo esta a zona mais montanhosa desta área geográfica, a Sul do rio Douro encontra-se em locais mais isolados a Serra da Argã, do Ourel, do Sameiro e Citânias.<sup>4</sup>

É uma zona predominantemente granítica, com o aparecimento de uma faixa xistosa na direção noroeste- sudoeste, que atravessa as serras da Freita, Caramulo e Aresta, por onde passam o rio Mondego e Vouga.

O clima é húmido e regular, devido ao elevado índice de pluviosidade nas montanhas viradas para o Atlântico. A humidade elevada, aliada à variação reduzida da temperatura e à frequência e intensidade dos ventos provocam um clima adequado a um povoamento arborícola denso, com predominância nos castanheiros, pinheiros bravos e carvalhos. A abundância de água, em conjunto com o relevo, a densidade de arborização e o clima benéfico contribuíram para a concentração de povos nesta zona ao longo dos séculos.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Távora, Fernando; Pimentel, Rui; Meneres, António. *A Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa, 2004. Pág. 3

<sup>4</sup> *Ibidem*. Pág. 6

<sup>5</sup> *Ibidem*. Pág. 7

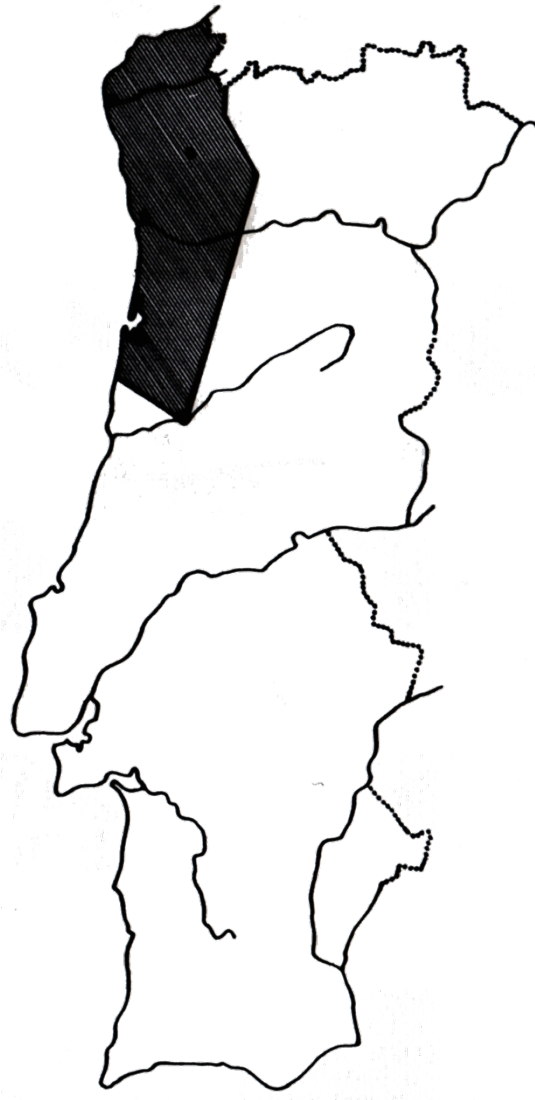


Figura 2 Zona do Minho ao Mondego de acordo com o livro Arquitetura Popular em Portugal.

### 2.1.3 Vale do Sousa

O Rio Sousa é um dos principais afluentes do Rio Douro, que influencia toda a fauna e flora da sua zona envolvente. Denominada por Vale do Sousa, a bacia hidrográfica do Sousa atravessa os concelhos de Felgueiras, Lousada, Penafiel, Paredes e Gondomar, onde desagua, na freguesia Foz do Sousa. Os seus principais afluentes são o rio Ferreira e o rio Mezio.

É uma zona onde se podem encontrar algumas árvores com amieiros, salgueirais e freixo, outras matas autóctones como os carvalhais, os sobreirais e os loureirais e pequenos matos rasteiros em zonas húmidas associados a pequenos cursos de água. O pinheiro bravo difundiu-se nas florestas autóctones nas últimas décadas substituindo em grande ritmo carvalhos, soutos e pinheiros mansos.<sup>6</sup>

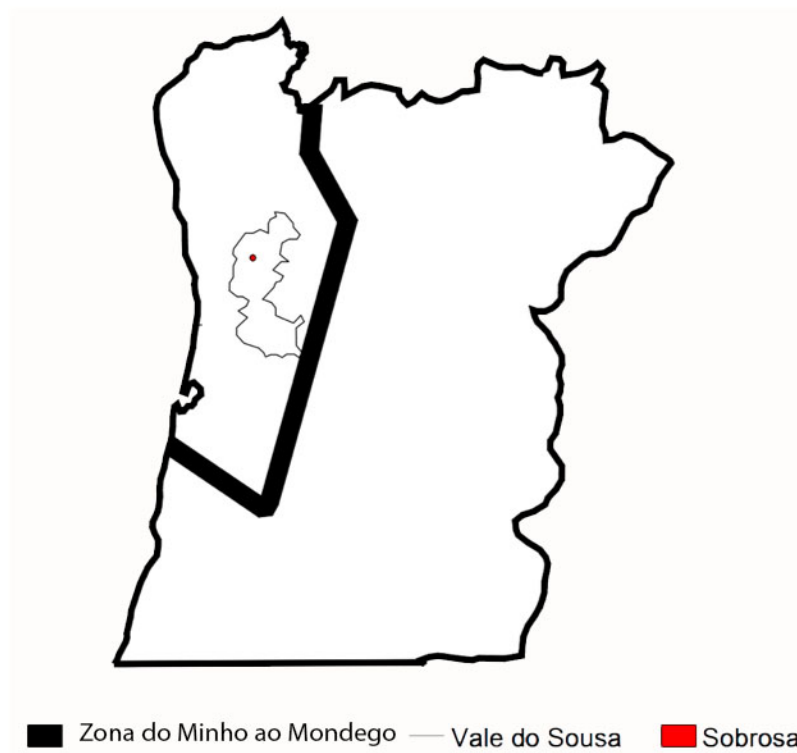


Figura 3 Zona do Vale do Sousa.

<sup>6</sup> Rio Sousa. In Campo Aberto- Cidadania Ativa por uma região um país e um mundo melhor. Porto, 2018. Disponível na Internet: <http://www.campoaberto.pt/2010/02/18/rio-sousa-2/>

## 2.2 Caracterização da área de estudo

O espaço urbano onde se inserem as casas de lavoura está diretamente relacionado com a identificação e caracterização das mesmas. A área correspondente à freguesia de Sobrosa é uma das zonas onde estas tipologias ainda são em grande número e estão relativamente bem preservadas. Serão identificados posteriormente os edifícios com características vernaculares situados dentro da freguesia.

### 2.2.1 Sobrosa

A freguesia faz parte do concelho de Paredes e situa-se no extremo Norte deste. Faz fronteira com outras freguesias do mesmo concelho como Vilela, Duas Igrejas, Cristelo, Louredo e Beire e com a freguesia de Ferreira no concelho de Paços de Ferreira.<sup>7</sup>

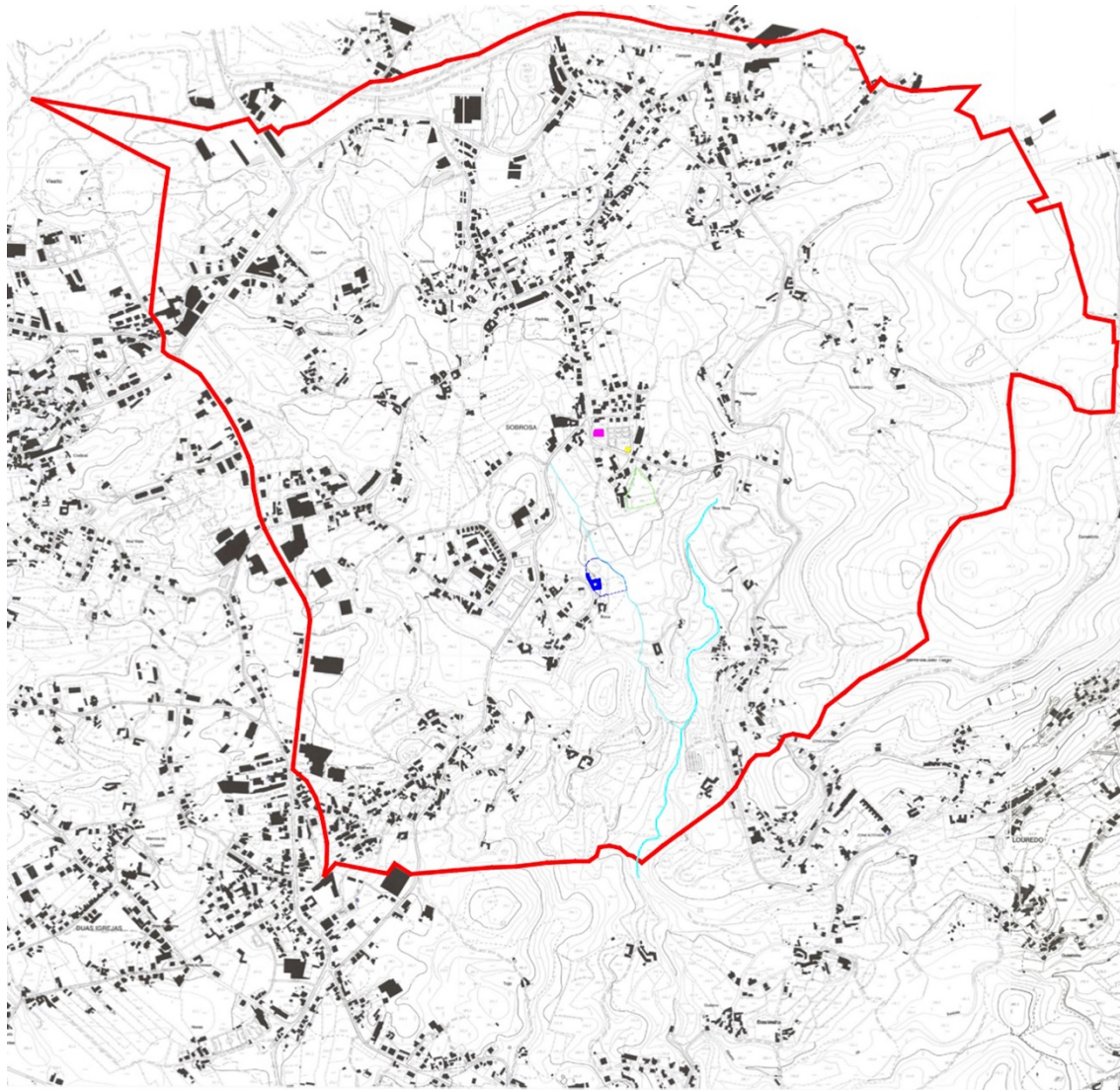
Possui uma área de 4,87 km<sup>2</sup> e situa-se entre a Serra de S. Tiago e o Monte do Ladário, estando também resguardada a Noroeste pela elevação do Visalto, ficando situada a uma altitude de 399m. A Sul é delimitada, em parte, pelo Rio Asmes, onde desaguam outros pequenos afluentes.<sup>8</sup>

Dentro dos limites da freguesia encontram-se os principais lugares que deram o nome às casas senhoriais de Sobrosa de acordo com características geográficas do terreno ou por razões que remetem ao nome dos seus primeiros proprietários.

---

<sup>7</sup> Breve Caracterização Geográfica e Demográfica. In Vila de Sobrosa- Paredes. 2018. Disponível na Internet: [https://www.freguesias.pt/portal/caracterizacao\\_freguesia.php?cod=131021](https://www.freguesias.pt/portal/caracterizacao_freguesia.php?cod=131021)

<sup>8</sup> Pinto, José. Sobrosa- História e Património. Sobrosa, 2007. Pág. 21









- |  |  |  |
|--|--|--|
|  Caso de estudo     |  Rio Asmes e pequeno afluente |  Igreja de Sante Eulália |
|  Limites de Sobrosa |  Parque de Soverosa           |  Junta de Freguesia      |

Figura 4 Mapa de Sobrosa.

## 2.2.2 Breve História de Sobrosa

A freguesia de Sobrosa remonta ao início da nacionalidade portuguesa. Tal importância deve-se à Honra da Vila de Soverosa pertencer à Casa de Sousa, na propriedade de D. Gonçalo Mendes de Sousa, casado com Dórdia Viegas, filha de Egas Moniz. Aparece referenciada nas Inquirições de 1258 como uma vila que continha quarenta e sete casais. A Honra da Vila foi renovada por D. Afonso III em 1273 e por D. Manuel I em 1519.<sup>9</sup>

O Marquês de Vila Real foi um título criado pelo rei D. João II em 1489. A Vila pertenceu a esta família até 1641 quando os bens do sétimo Marquês foram confiscados pela Família Real. Na Monografia de Paredes de 1922 escrita pelo Dr. José do Barreiro aparece que a Honra de Sobrosa, da propriedade do Marquês de Vila Real tinha dois juizes, três vereadores, um procurador e um meirinho e ainda que nos séculos passados as sentenças das justiças locais eram resolvidas em Vila Real.<sup>10</sup>

O rei D. João IV criou a Sereníssima Casa do Infantado, para dotar os segundos filhos do rei de bens que não dependam do herdeiro ao trono. As propriedades do Marquês de Vila Real foram incluídas neste conjunto de bens que estava organizado em Almojarifados. Sobrosa fazia parte de um Almojarifado em conjunto com a Vila da Azurara que também pertenceu à mesma família.

Nas Memórias Paroquiais da Torre do Tombo de 1758, o padre de Sobrosa refere que a vila é da jurisdição do Infante D. Pedro, da Corregedoria da Vila Real, no concelho de Aguiar de Sousa, termo da cidade do Porto. A vila de Sobrosa pertence a freguesia de Freamunde e parte da de Ferreira.<sup>11</sup>

A evolução demográfica da vila é um fator indicador de prosperidade económica, com especial incidência na agricultura, pois era o principal fator de rendimento na época. Entre os séc. XVII e XVIII a vila cresceu exponencialmente para mais do dobro. Nos registos do Catálogo e História dos Bispos do Porto de 1623 a freguesia tinha trezentas e vinte pessoas. No século seguinte, nas Inquirições de 1758 a freguesia tinha seiscentos e cinquenta e nove pessoas. No fim deste século, no Cadastro da Província do Minho Sobrosa já possuía oitocentas e vinte e oito pessoas. Este clima de prosperidade refletiu-se na construção de novas habitações agrícolas, muitas das quais se mantiveram até aos dias de hoje.

Este clima de crescimento foi abalado pela crise agrícola da segunda metade do séc. XIX que provocou a maior alteração sócio- económica até há época e que promoveu a busca por

---

<sup>9</sup> Pinto, José. Sobrosa- História e Património. Sobrosa, 2007. Pág. 23

<sup>10</sup> Ibidem. Pág. 31

<sup>11</sup> Ibidem. Pág. 33

alternativas de subsistência. Fez nascer a indústria da marcenaria, principalmente na produção de cadeiras.

Nos dias de hoje a paisagem da vila continua verde e com bastantes campos agrícolas, porém a indústria da marcenaria desenvolveu-se dando lugar a fábricas de mobiliário, bem como outras indústrias como as confeções.<sup>12</sup>

Na Imagem seguinte estão representadas as habitações com características vernaculares que demonstram o clima de prosperidade que se vivia durante do séc. XVII e início do séc. XIX.

---

<sup>12</sup> Ibidem. Pág. 63-64

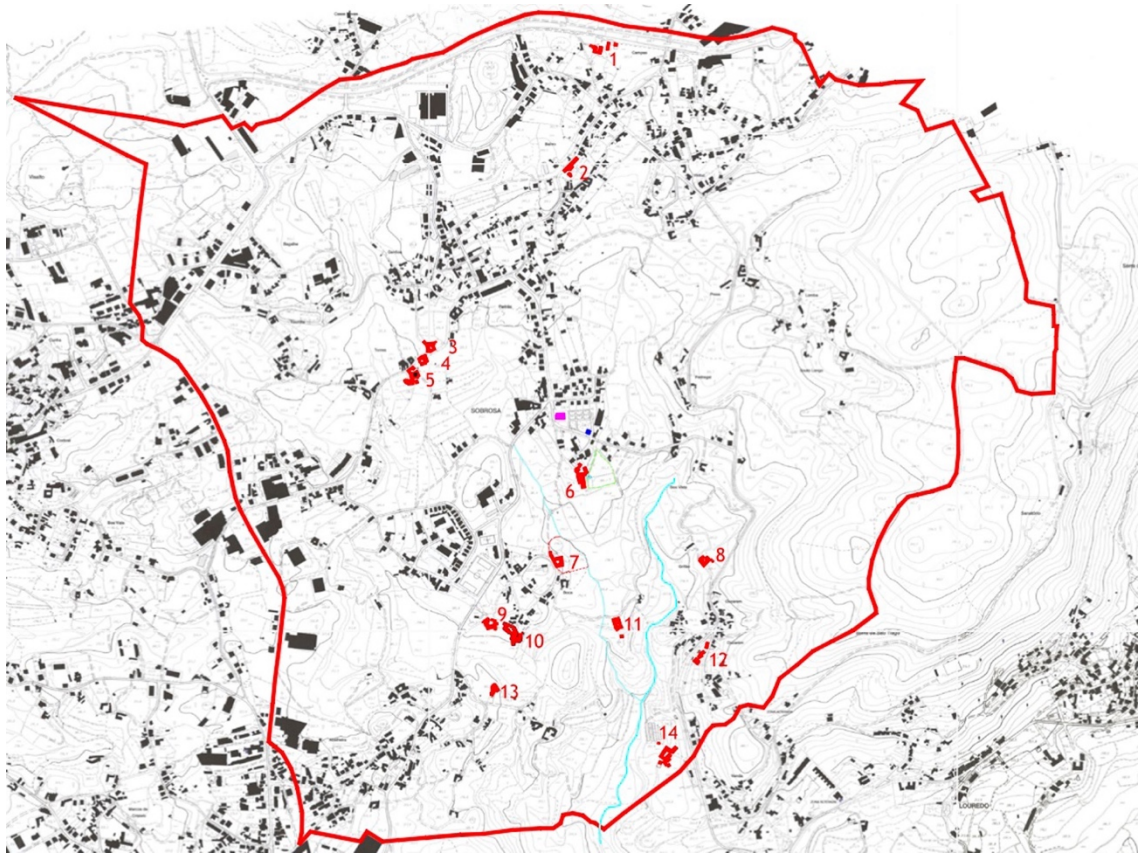


Figura 5 Casas com características vernaculares

- 1 Casa das Campas;
- 2 Casa do Bairro;
- 3 Casa da Torre de Cima;
- 4 Casa da Torre de Baixo;
- 5 Casa de Sosas;
- 6 Casa da Igreja, data de 1797;
- 7 Casa do Bodo, data de 1708;
- 8 Casa de Grifão;
- 9 Casa da Portela, data de 1786;
- 10 Casa do Muro, data de 1724;
- 11 Casa dos Ferreiros;
- 12 Casa do Monte;
- 13 Casa da Varziela;
- 14 Casa de Real, data de 1724.



“Integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”<sup>13</sup>

## Capítulo 3: Património

---

<sup>13</sup> Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Nº 1 do Art. 2, Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro.

### 3.1 Definição de Património

Património é uma expressão que no dicionário é descrita como:

Um conjunto de bens de família, transmitidos por herança;

um conjunto de bens ou valores de interesse económico pertencentes a uma pessoa, instituição ou empresa;

bens ou conjunto de bens, de natureza material ou imaterial, de reconhecido interesse, cultural, histórico, ambiental para determinada região, país.<sup>14</sup>

A partir desta definição podemos entender que a expressão Património estava ligada à ideia de posse, quando um homem ou um grupo definiam um objeto ou conjunto como seus. O homem apropria-se de bens e que ao desaparecer deixa aos seus descendentes sob a forma de herança. Esta herança faz a ligação entre os homens do passado com os homens do presente através de objetos físicos. Estes objetos do passado povoam o nosso presente tornando-se constantes ao longo do tempo e com o passar das gerações preservam a nossa identidade cultural.<sup>15</sup>

Resumindo, o património é algo de valor que está ligado à estrutura familiar, económica ou jurídica de qualquer sociedade localizada num tempo e no espaço determinados. Este significado sofreu alterações ao longo do tempo, onde adquiriu novos atributos como património genético, natural, histórico entre outros. O Património histórico é a designação utilizada quando se pretende referir a um bem destinado ao uso da comunidade. Abrange uma grande diversidade de objetos que fazem parte de eventos passados que essa mesma comunidade tem em comum.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> património in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/patrimonio>

<sup>15</sup> Ballart, Josep. El Património Histórico y Arqueológico: Valor y Uso. Barcelona, 1997. Pág. 17-18

<sup>16</sup> Choay, Françoise. Alegoria do Património. Lisboa, 2015. Pág. 11

## 3.2 Conservação do Património

A conservação do património começou por ser feita através da catalogação e inventariação das antiguidades que culminou na primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, localizada em França, os Monumentos Históricos foram divididos em três categorias: os edifícios da Antiguidade, os religiosos da Idade Média e os Castelos.<sup>17</sup>

Esta categorização prolongou-se até depois da Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, passaram a fazer parte todas as formas de construção: os edifícios eruditos e os populares, os urbanos e os rurais, os públicos e os privados entre outros sob novas designações, como Arquitetura Menor, termo utilizado para designar construções não monumentais e que não possuíam a intervenção de um arquiteto; Arquitetura Vernacular, termo de origem inglesa que servia para definir edifícios com características locais e a Arquitetura Industrial. O património já não está ligado apenas a edifícios individuais, mas também a aglomerados destes e abrange inclusivamente a malha urbana onde estão os bairros, as aldeias, cidades ou conjuntos delas. A catalogação dos edifícios era organizada pela sua componente tipológica, cronológica e geográfica.<sup>18</sup>

As primeiras normas internacionais aparecem sob a forma de Carta, na primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, que aconteceu em Atenas, em 1931 e que teve apenas a participação de países europeus. Nesta Carta estão presentes os fundamentos e as intenções que os países demonstraram quanto à proteção dos monumentos através de medidas administrativas e legislativas que valorizem e promovam a conservação e restauro de monumentos em estado de degradação, preservando o seu carácter histórico ou artístico.<sup>19</sup>

A segunda aconteceu em Veneza, no ano de 1964 onde participaram apenas três países não europeus. Porém, quinze anos mais tarde, os países participantes já eram mais de oitenta.<sup>20</sup>

Nesta Carta os Monumentos Históricos passam a englobar não só o objeto construído, mas também o meio em que estão inseridos e tem como objetivo principal traçar os princípios para a sua conservação e restauro, bem como a criação de documentação de todas as fases do processo.<sup>21</sup>

---

<sup>17</sup> Choay, Françoise. Alegoria do Património. Lisboa, 2015. Pág. 12

<sup>18</sup> Ibidem. Pág. 13-15

<sup>19</sup> Carta de Atenas. Conclusões da conferência internacional de Atenas sobre o restauro de monumentos. Serviço internacional de museus, Atenas, outubro de 1931. Disponível na internet: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

<sup>20</sup> Choay, Françoise. Alegoria do Património. Lisboa, 2015. Pág. 14

<sup>21</sup> Carta de Veneza. Sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios. Veneza, maio de 1964. Disponível na internet: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

Em Paris, no ano de 1972, foi organizada a Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural. Definiu-se o conceito de património cultural, que inclui os monumentos, conjuntos com interesse histórico, artístico ou científico e locais de interesse histórico, estético, antropológico ou etnográfico. Também foi definido o conceito de património natural. De forma a destacar a proteção, conservação e valorização do património, foi criado um Comité para a proteção do património cultural e natural, também denominado de Comité do Património Mundial para o qual os países deveriam realizar um inventário com os bens incluídos nas categorias de património cultural e natural e a sua respetiva documentação sobre o local onde se encontram e os motivos do seu interesse.<sup>22</sup>

Em 1975 foi criada a Carta Europeia do Património Arquitetónico. Esta carta tem como objetivo chamar a atenção para o Património Edificado enquanto herança comum a todos os povos. O Património Arquitetónico adquire pela primeira vez um conceito mais abrangente, que não se restringe apenas a grandes monumentos, mas também a centros históricos, vilas e aldeias locais. São enumeradas as ameaças, as soluções e os benefícios da preservação do património e apresenta-se este como um valor para transmitir às gerações futuras.<sup>23</sup>

No ano de 1990 foi elaborada em Lausanne, na Suíça, a Carta Internacional sobre a Proteção e Gestão do Património Arquitetónico para estabelecer os princípios e as linhas de orientação de proteção e gestão do património arquitetónico arqueológico. O Património Arqueológico engloba todos os vestígios da existência humana que devem ser preservados através de políticas de conservação integradas no planeamento económico e de ocupação dos solos para além de relacionados com a cultura e com a educação. No caso das intervenções de ordenamento de território a nível local, deve existir legislação que proteja o estudo arqueológico para futuro inventário. A manutenção dos monumentos e respetivos achados e a importância da divulgação destes ao público.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Paris, 21 de novembro de 1972. Disponível na internet: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturaleNatural.pdf>

<sup>23</sup> Carta Europeia do Património Arquitetónico, Conselho da Europa, Estrasburgo, 26 de setembro de 1975. Disponível na Internet: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaeuropeiapatrimonioarquitetonico1975.pdf>

<sup>24</sup> Carta sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico. Lausanne, 1990. Disponível na internet: [http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta\\_do\\_patrimonio\\_arqueologico.pdf](http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta_do_patrimonio_arqueologico.pdf)

### 3.3 Conservação do Património Rural

O Património nas zonas rurais integra não só as construções que apareceram deliberadamente do uso comum das comunidades, mas também as suas técnicas e utensílios que preservam o conhecimento transmitido de geração em geração. A preocupação em preservar este património incide sobre os elementos construídos e sobre os elementos geográficos e paisagistas, bem como todos os produtos tradicionais e os seus valores e costumes.<sup>25</sup>

Esta valorização do Património Rural aparece, nos países industrializados, depois da Segunda Guerra Mundial devido às transformações económicas, de organização social, de modos de vida, de habitar e de trabalhar que alteraram de forma inesperada o mundo rural. O crescimento das cidades e o conseqüente abandono dos meios rurais conduziram a problemas de cariz demográfico como a diminuição e envelhecimento da população, a problemas económicos como a perda da transmissão de conhecimento dos métodos agrícolas tradicionais, a falta de emprego, a perda dos circuitos comerciais onde se fazia a venda dos produtos agrícolas, o crescimento urbano e da especulação imobiliária, ou de cariz cultural como a uniformização dos valores e traços culturais, a diminuição da práticas coletivas sociais e o aumento da mobilidade física das populações.<sup>26</sup>

Esta transformação provocou uma sensibilização relativamente ao mundo rural nas instâncias governamentais que pela primeira vez incluíram este tipo de arquitetura dentro da definição de Património Arquitetónico. O primeiro princípio da Carta Europeia do Património Arquitetónico, de 1975, definia que:

“O património arquitetónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído.”<sup>27</sup>

Seguidamente, em 1985, na cidade de Granada, foi redigido na Convenção para a salvaguarda do património arquitetónico da Europa um documento onde pretendiam contrariar esta tendência crescente do abandono das explorações agrícolas e a conseqüente degradação dos edifícios através da criação de condições que redistribuíssem as populações no território, como a criação de empregos e de atividades mais diversificadas que integrassem os valores culturais rurais na cultura atual. O Património Rural representa não só os valores estéticos, mas a sabedoria popular acumulada durante séculos. Apela-se para a sensibilidade na reabilitação e reconstrução de património devido à introdução de elementos que não se adaptam às

---

<sup>25</sup> Rodrigues, Donizete. Património cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. Covilhã, 2012. Pág. 4-5

<sup>26</sup> Peixoto, Paulo. Os meios rurais e a descoberta do património. Coimbra 2002. Pág. 1-2

<sup>27</sup> 1º Princípio da carta Europeia do património Arquitetónico, Amsterdão, 1975. Disponível na Internet: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaeuropeiapatrimonioarquitectonico1975.pdf>

construções antigas. A política para a conservação destes bens deve ter influência no ordenamento do território, ao nível local, que deve produzir um inventário com os bens a manter e responsabilizar-se quanto à aplicação de políticas de conservação inteligentes.<sup>28</sup>

Elaborado pelo Concelho da Europa em 1989, em Estrasburgo, a Recomendação sobre a Proteção e a Valorização do Património Arquitetónico Rural pretende assegurar a legislação necessária para a salvaguarda deste.

As quatro principais recomendações são:

- Salvar a memória coletiva da Europa rural através do desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e de identificação do seu património arquitetónico;
- Integrar a salvaguarda do património construído no processo de planeamento económico, de ordenamento do território e proteção do ambiente;
- Dinamizar a valorização do património como fator privilegiado de desenvolvimento local;
- Promover o respeito e o conhecimento do património rural por toda a Europa.<sup>29</sup>

Por último, é redigida A Carta sobre o Património Construído Vernáculo, em 1999 que começa caracterizando-o “por uma lógica própria, decorrente das vivências de uma comunidade e consequentemente reflexo histórico de uma prática empírica do Homem sobre o seu contexto natural e do tempo sobre a tentativa de harmonização entre o Homem e a Natureza.”<sup>30</sup>

São identificadas as principais ameaças à preservação deste tipo de arquitetura e as construções vernaculares são definidas por três princípios: o modo de construção originado pela comunidade, pelo seu carácter local ou regional, reflexo do meio no Homem, por uma coerência de estilo, de forma e de aspeto, tipologias e materiais tradicionais cuja aplicação foi transmitida empiricamente mas significando um processo construtivo e uma resposta eficaz às necessidades funcionais, sociais e ambientais.

---

<sup>28</sup> Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa. Granada, 3 de outubro de 1985. Disponível na internet: [http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1985-convencao\\_para\\_a\\_salvaguarda\\_do\\_patrimonio\\_arquitetonico\\_da\\_europa\\_granada-conselho\\_da\\_europa.pdf](http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1985-convencao_para_a_salvaguarda_do_patrimonio_arquitetonico_da_europa_granada-conselho_da_europa.pdf)

<sup>29</sup> Recomendação Relativa à Proteção e Valorização do Património Arquitetónico Rural. Estrasburgo, 13 abril de 1989. Disponível na internet: [http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1989-recomendacao\\_relativa\\_a\\_protecao\\_e\\_valorizacao\\_do\\_patrimonio\\_arquitetonico\\_rural-conselho\\_da\\_europa.pdf](http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1989-recomendacao_relativa_a_protecao_e_valorizacao_do_patrimonio_arquitetonico_rural-conselho_da_europa.pdf)

<sup>30</sup> Carta sobre o Património Construído Vernáculo. México, outubro de 1999. Disponível na internet: [http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1999\\_\\_carta\\_sobre\\_o\\_patrimonio\\_construido\\_vernaculo-icomos.pdf](http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1999__carta_sobre_o_patrimonio_construido_vernaculo-icomos.pdf)

A preservação e transmissão às novas gerações deste modo de vida é um direito que as comunidades locais devem garantir pressupondo a definição de princípios de conservação que respeitem os valores culturais e a relação da comunidade com o seu meio natural. Por fim são estabelecidas as orientações a observar na investigação e documentação, a relação com a paisagem, a continuidade dos métodos tradicionais de construção, a coerência na substituição de materiais e de elementos arquitetónicos, o princípio de adaptação e reutilização das construções vernaculares respeitando a sua integridade. Identifica os critérios relativos a alterações.<sup>31</sup>

### **3.4 Conservação do Património Arquitetónico em Portugal**

Em Portugal, a introdução de leis sobre a conservação do património data de 1721, com a introdução do Alvará em Forma de Lei, do Rei D. João V, onde ficam proibidas as pilhagens e demolição de monumentos o que demonstra alguma preocupação em preservar a história do país.<sup>32</sup>

Em 1894 foi aprovado o diploma legal onde estava a definição de monumento nacional e foi quando se deu início ao levantamento e inventariação de edifícios e objetos com valor arqueológico, artístico e histórico, em parceria com as Câmaras Municipais e que em 1910 seriam colocados numa lista oficial chegando a ser cerca de quatrocentos.

Em 1929 nasce a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e em 1932 é criada toda a política de enquadramento legal e constitucional do património cultural, que irá constituir a organização básica administrativa do país nesta área.

Já depois do 25 de Abril de 1974, na primeira Constituição da República de 1976, no artigo 78 o estado compromete-se a preservar, defender e valorizar o património cultural do povo português.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> Ibidem.

<sup>32</sup> Duarte, J. Moedas. Estudos do Património. Disponível na internet: <http://estudospatrimonio.blogspot.com/2013/12/etapas-da-defesa-do-patrimonio.html>

<sup>33</sup> Artigo 78º (Património Cultural) do Diário da República nº 86 Série I Parte A de 10/04/1976 Disponível na internet: [http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item\\_id&value=229831](http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item_id&value=229831)

Pela primeira vez, em 1979, Portugal adere à Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural de 1972 <sup>34</sup>e em 1982 à Convenção Europeia para a Proteção do património Arqueológico de 1975.

Foi então criada a primeira Lei de Bases do Património Cultural Português, Lei 13/85, de 6 de Julho, para promover a salvaguarda e valorização do património cultural, tornando-o elemento despertador da identidade cultural comum nacional. Nesta lei estão inclusos a alguns dos princípios base das convenções internacionais existentes até à data.<sup>35</sup>

Em 1991 Portugal adere à Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico na Europa, que tinha sido elaborada em 1985.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Paris, 21 de novembro de 1972. Disponível na internet:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturaleNatural.pdf>

<sup>35</sup> Lei 13/85 de 6 de julho. Património Cultural Português. Disponível da internet:

<https://dre.tretas.org/dre/34833/lei-13-85-de-6-de-julho>

<sup>36</sup> Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa. Granada, 3 de outubro de 1985. Disponível na internet: [http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1985-convencao\\_para\\_a\\_salvaguarda\\_do\\_patrimonio\\_arquitetonico\\_da\\_europa\\_granada-conselho\\_da\\_europa.pdf](http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1985-convencao_para_a_salvaguarda_do_patrimonio_arquitetonico_da_europa_granada-conselho_da_europa.pdf)

“Aqui temos a chave que explica a principal razão porque há harmonia no conjunto de casas de qualquer antigo povoado. Por economia, calculada ou inconsciente; por força da tradição, que muitas vezes outra coisa não é que a economia experimentada pelo decorrer dos tempos- o construtor vai buscar os materiais que são do uso na respetiva região e que muito frequentemente apresentam caracteres pelos quais a casa construída se liga à própria paisagem. E assim como a pedra local se aparenta na cor e na textura ao terreno; assim como das condições económicas regionais, das condições topográficas, climáticas do local, resulta certa harmonia no aspeto plástico de qualquer aglomerado de casas.”<sup>37</sup>

## Capítulo 4: Arquitetura Vernacular Portuguesa

---

<sup>37</sup> Lino, Raul. Casas Portuguesas. Lisboa, 2007. Pág. 50

Neste capítulo serão analisadas as principais características e elementos arquitetónico das casas de lavoura, em especial as casas-pátio. Em primeiro lugar é analisado o conceito de casa popular ou rural, a sua evolução e por fim as casas de lavoura, localizadas em povoaamentos caracterizados como disseminados, as suas características, como a implantação, morfologia, materiais que a caracterizam entre outros.

## 4.1 A Casa Popular

A casa popular ou rural é um dos aspetos mais interessantes no processo de humanização da paisagem. A sua grande diversidade tipológica nasce a partir das condicionantes geográficas, económicas, históricas, sociais e culturais das respetivas regiões e comunidades que as constroem e habitam. É fruto da relação do Homem com o meio e caracteriza-se pela diferenciação regional, pela utilização dos materiais locais, pelos sistemas de construção tradicionais, pelas soluções de adaptação ao clima e às implicações que este implica como o tipo de economia.

A casa popular não é criada somente como abrigo, mas como um instrumento agrícola que se adapta às necessidades de exploração dos terrenos agrícolas, nomeadamente no dimensionamento e na distribuição relativamente ao alojamento das pessoas, dos estábulos e das ferramentas agrícolas.<sup>38</sup>

Os fatores explicativos da totalidade das características da casa popular de determinada região não são apenas a sua dimensão espacial, o meio envolvente e as suas variáveis, a diversidade dos elementos e o seu ajustamento funcional ao tipo de economia, mas também a influência que o Homem exerce sobre ela. A casa é um produto do Homem e serve os seus valores culturais, com a sua história, os usos e costumes da comunidade, os conceitos de família, de poder económico e profissional, a tradição e traços de gosto pessoal, que dizem respeito a essa mesma região.

Se existem fatores que estão muito condicionados pelo meio geográfico, pela presença de determinados materiais para a construção ou características climatéricas que determinam o tipo de agricultura, outros fatores há que são apenas força da tradição como por exemplo no que respeita à construção em altura, casas de piso térreo ou de piso superior não dependem dessas condições.

Tal como qualquer elemento cultural, este tipo de habitação é o culminar de uma longa evolução e engloba a experiência de gerações. É uma ferramenta aperfeiçoada para o trabalho

---

<sup>38</sup> Oliveira, Ernesto; Galhano Fernando. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa, 1994. Pág. 13

agrícola e será transmitida às gerações futuras tal como os antepassados a criaram e executaram.

Neste tipo de habitação constrói-se com o material existente na região, onde há pedra esse é o material utilizado e onde não há constrói-se com terra, adobe, tijolo ou madeira e alguns elementos vegetais. As características externas e de estilo destas casas de uma determinada região, o aparecimento das diferentes tipologias e a sua correspondente geográfica dependem para além dos fatores naturais, das causas dessa relação do Homem com o Meio ou funcionais pois o homem lidera a elaboração do elemento arquitetónico.

Os tipos, as formas e os estilos das casas nas regiões diferentes são marcados por este conjunto de fatores, que são a explicação porque um elemento arquitetónico não segue uma linha definida, igual em todos os casos.

A casa pátio é um exemplo deste tipo de casas populares. Possui estas características por se relacionar com as planícies e com a agricultura, onde não existe problemas de espaço como no Alentejo ou na zona Gandaresa compreendida entre as Gafanhas da Ria de Aveiro e o Mondego. Porém, as mesmas razões não se verificam na zona do Vale do Sousa, onde a casa pátio adquiriu estas características possivelmente por razões de segurança.<sup>39</sup>

#### **4.1.1 Evolução da Habitação Rural**

As primeiras civilizações a fixarem-se no território foram as pré-romanas. Os povos castrejos já apresentavam sinais de desenvolvimento construtivo, nas suas casas e muros de defesa. O material mais utilizado era a pedra granítica, ou xistosa, assente a seco ou com terra. A madeira também era utilizada nas habitações através da utilização de troncos de árvores no centro das divisões como pilar de suporte para o telhado, que podia ser feito com canas, colmo ou outras plantas semelhantes. Este tipo de habitação tinha a forma redonda, podendo haver alguns exemplos quadrados. Estavam organizados em grupos de algumas casas com um pátio em comum. Os aglomerados existiam livremente dentro das muralhas e estavam ligados por arruamentos empedrados.

Como forma de defesa estavam implantados no cimo das montanhas ou em acidentes naturais. No exterior das muralhas existiam pequenas construções em madeira que serviam de apoio à exploração agrícola e pastoril.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> Ibidem. Pág. 14-15

<sup>40</sup> Sampaio, Alberto. Estudos Económicos: Casas do Norte de Portugal vol.1. Lisboa, 1979. Pág. 21-22



Figura 6 Povoação castreja- Citânia de Sanfins.

Nas colinas dos montes onde se localizavam as fortificações estavam os terrenos agrícolas, ainda próximo das muralhas, e os rebanhos ficavam nas pastagens abundantes que beneficiavam de um clima chuvoso.<sup>41</sup>

A conquista romana implementou grandes alterações no modo de vida das populações. Com a intensão de criar as cidades nas planícies e fazer descer as populações dos cumes das montanhas. Fundaram-se as primeiras propriedades, com população fixa e organizada em pequenos grupos de casas. Este modelo de organização criou as primeiras Vilas, delimitadas e divididas em subunidades.

A residência mais importante era onde habitava Dominus, existiam, porém, outras habitações de menor importância onde habitavam os servos e os arrendatários. A habitação do Dominus era constituída por quatro corpos retangulares que se uniam em volta de um pátio interior, rodeado por uma varanda em todo o comprimento. Próximo a este edifício ficava a Vila Rústica, também constituída por três ou quatro corpos unidos entre si criando um pátio ou eirado, organizava à sua volta os compartimentos como a cozinha, os dormitórios dos servos, o curral dos animais ou os compartimentos para a guarda dos produtos alimentares. Tudo o que era necessário para a exploração agrícola e pastoril estava compreendido num mesmo lugar.<sup>42</sup>

A unidade rural foi fundada e delimitada no período romano. Os marcos que limitavam as propriedades mantiveram-se pelos séculos seguintes. As vilas forma adquirindo nomes cristãos em detrimento dos nomes dos seus proprietários enquanto se iam decompondo em partes menores que converteram em freguesias e lugares. Na alta Idade Média as quintas demonstram fragmentos de vilas que se tornaram propriedades independentes. Estas estavam organizadas em pequenas subunidades agrícolas, constituídas pela habitação, pomares, terras de cultivo, soutos e vinhas. Formavam um agrupamento com a distribuição de lugares e não possuíam arruamentos, diferenciando-se assim dos aglomerados de casas nos centros das vilas.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> Távora, Fernando; Pimentel, Rui; Meneres, António. A Arquitetura Popular em Portugal. Lisboa, 2004. Pág. 9

<sup>42</sup> Sampaio, Alberto. Estudos Económicos: Casas do Norte de Portugal vol.1. Lisboa, 1979. Pág. 69-70

<sup>43</sup> Ibidem. Pág. 90

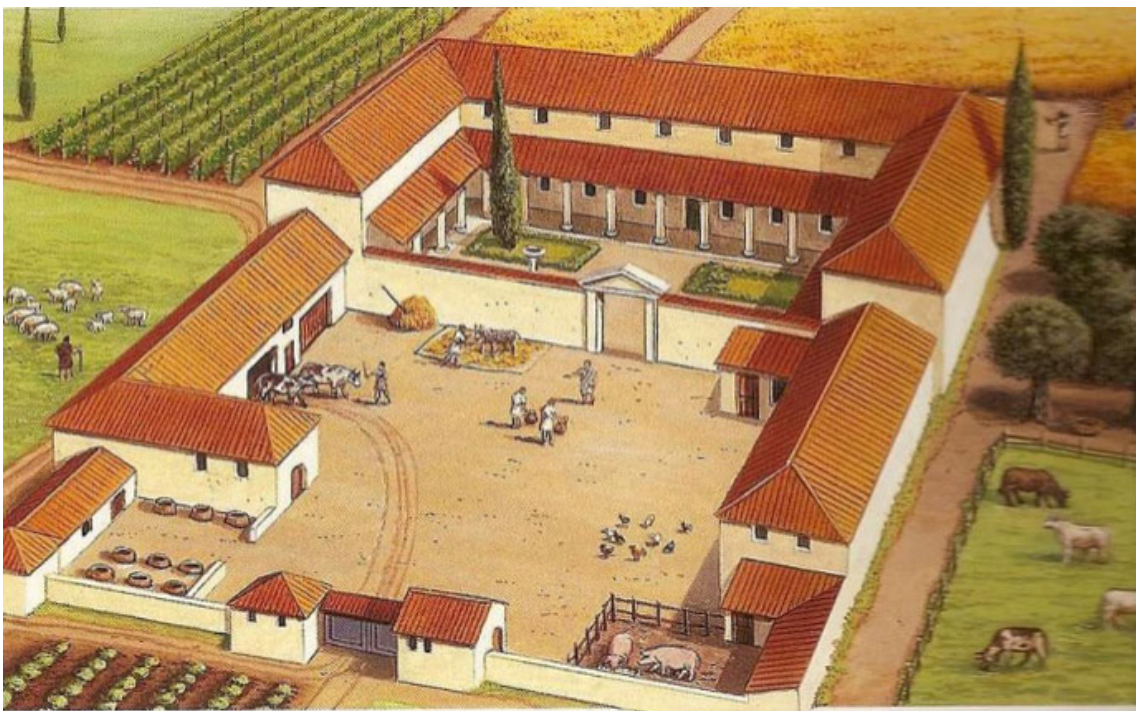


Figura 7 Organização de uma Vila Romana.

## 4.2 Casa de Lavoura

Este tipo de habitações estavam na base da economia da época, apoiada na agricultura. Funcionavam como organismos independentes numa época em que os bens alimentares não eram tão acessíveis com nos dias de hoje.

### 4.2.1 Implantação

A localização da casa de lavoura depende das dominantes da geografia local, estavam localizadas nas imediações dos terrenos agrícolas em locais que se adaptam ao relevo, apoiados em curvas de nível de forma a ficarem mais protegidos das intempéries, causando uma ocupação do terreno retalhado de propriedades de variados tamanhos, interligados pelos caminhos que lhes dão acesso. O edificado aparece assim disseminado na paisagem devido à falta de união das habitações. Este tipo de implantação tem um impacto pouco invasivo no território causado pelo aspeto imerso na paisagem do conjunto arquitetónico com telhados contínuo e de baixa pendente, rematados por folhagens.<sup>44</sup>

A prosperidade destas habitações estava dependente da prosperidade agrícola. A Vila evolui de forma natural e assimétrica, os caminhos sinuosos intensificam-se com o aumento da população, criando uma grande flexibilidade na ocupação, adaptada às necessidades laborais da Vila.

---

<sup>44</sup> Távora, Fernando; Pimentel, Rui; Meneres, António. A Arquitetura Popular em Portugal. Lisboa, 2004. Pág. 37-38

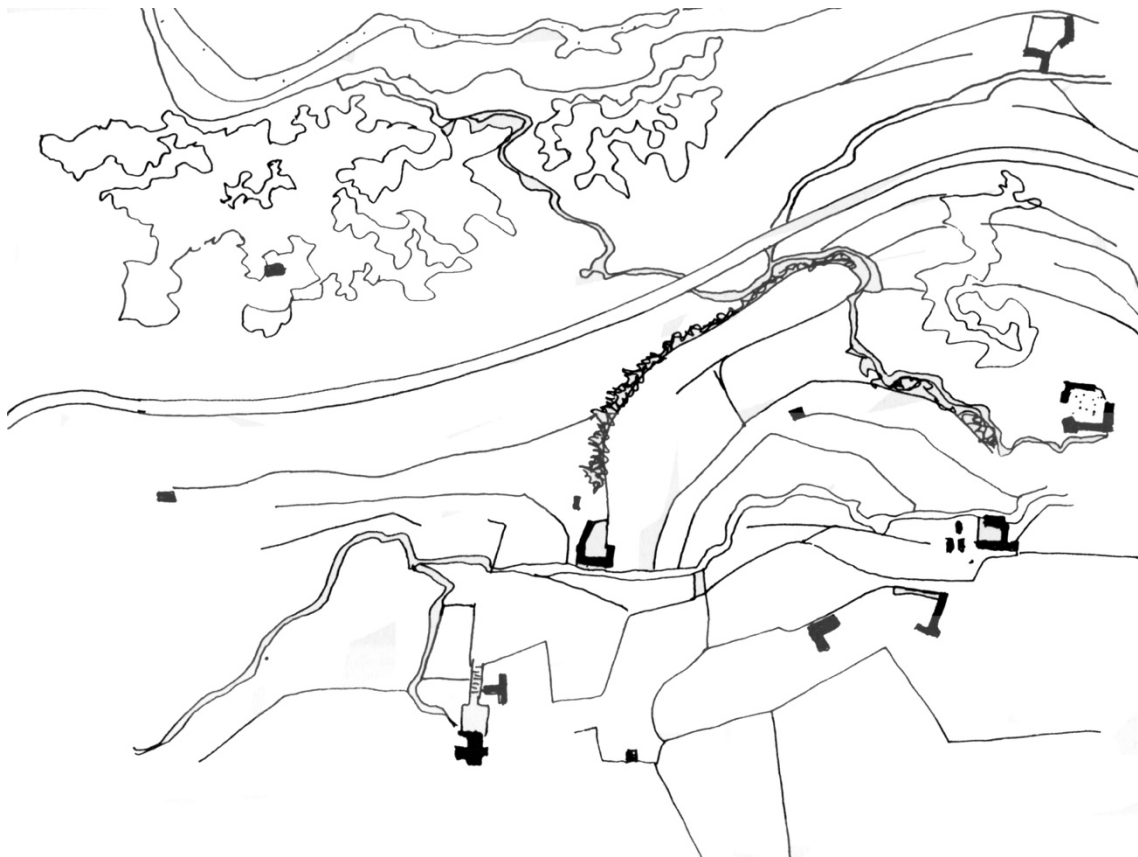


Figura 8 Povoamento disseminado.

## 4.2.2 Morfologia

Estas habitações estavam implantadas em acidentes do terreno, de forma se protegerem da chuva a Sudoeste, a proporcionar grandes aberturas a Sul, deixando a zona menos favorável a que estava virada para o caminho público onde existiam apenas pequenas janelas de ventilação e um grande portão que dava para o pátio central protegido por um coberto.<sup>45</sup>

O pátio ou terreiro estava limitado pelo objeto construído, apenas por um ou dois lados, ficando o restante vedado por um muro baixo. Outras vezes o pátio estava dentro de um conjunto de edifícios, sendo a parte murada, caso exista, alta e de pouco comprimento.

Este pátio traz grandes vantagens para casa de lavoura, pode ser utilizado como refúgio do gado sob a vigilância das pessoas da casa mas principalmente em relação à privacidade, pois as dependências da casa formam um conjunto fechado que impede o acesso a estranhos.<sup>46</sup>

O acesso a todas as divisões da casa é feito através do pátio. A cozinha, a meia altura do pé direito do piso térreo era a divisão principal. A moradia existia num piso único, no superior, ficando o rés-do-chão reservado às cortes dos animais, ao lagar e à tulha. Os telhados eram contínuos, de baixa pendente rematados por ramadas.<sup>47</sup>

Próximo ao terreiro podiam existir um ou mais pavimentos cobertos e um espigueiro que servia para guardar e expor ao sol o milho e outros produtos agrícolas.<sup>48</sup>

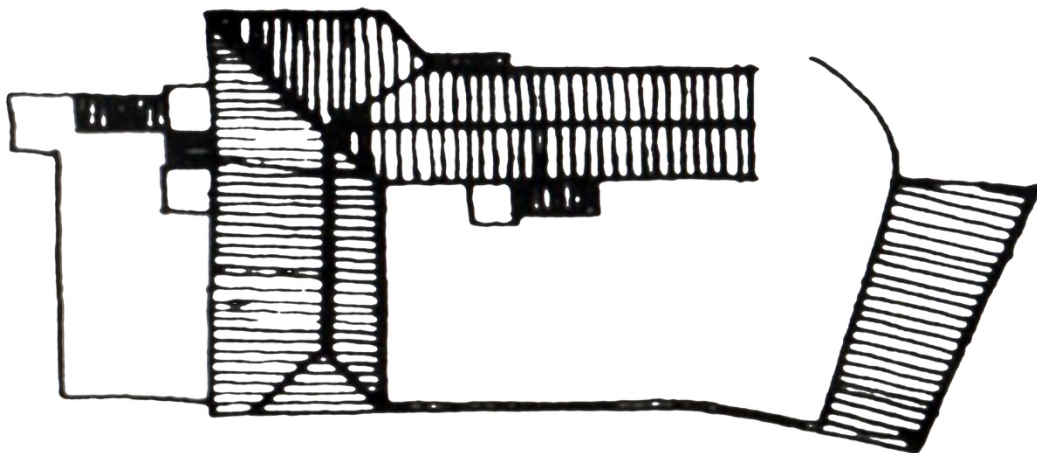


Figura 9 Desenho exemplificativo da organização de um complexo agrícola.

<sup>45</sup> Ibidem. Pág. 38

<sup>46</sup> Oliveira, Ernesto; Galhano Fernando. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa, 1994. Pág. 103

<sup>47</sup> Ibidem. Pág. 106

<sup>48</sup> Távora, Fernando; Pimentel, Rui; Meneres, António. *A Arquitetura Popular em Portugal*. Lisboa, 2004. Pág. 38

### 4.2.3 A cozinha rural

A lareira e o forno são as duas peças principais da cozinha, e estavam localizadas em lugar semelhante em quase toda a região do Noroeste Português. Encostada a meio de uma das paredes e acompanhada pelo forno num dos cantos estando por vezes metido um pouco na espessura das paredes.<sup>49</sup>

A lareira é construída por uma ou mais pedras assentes no solo se a cozinha for no piso térreo ou assentes nas traves do soalho ou em pilares de madeira se for no piso superior. Nas cozinhas mais arcaicas ou em casas mais pobres a lareira está localizada abaixo do pavimento de madeira, formando um degrau que podia ser usado como banco onde as pessoas se sentavam de frente para o fogo. Também é muito comum acontecer o inverso, a lareira estar levantada do chão uns vinte centímetros o que corresponde à espessura da pedra de granito que compõe a lareira. Ao lado da lareira ficava o forno do pão, existindo também em casas mais abastadas um outro mais pequeno para o arroz e os assados dos dias de festa. Nos de pequena dimensão utiliza-se o barro, feitos de uma só peça, mas nos foros de maiores dimensões já se utiliza o tijolo, a alvenaria ou xisto. A lareira é rodeada por bancos de madeira que a separam do forno de um lado e do outro é comum dividirem o espaço com um local onde se guardava a lenha.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Oliveira, Ernesto; Galhano Fernando. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa, 1994. Pág. 113

<sup>50</sup> *Ibidem*. Pág. 116-117

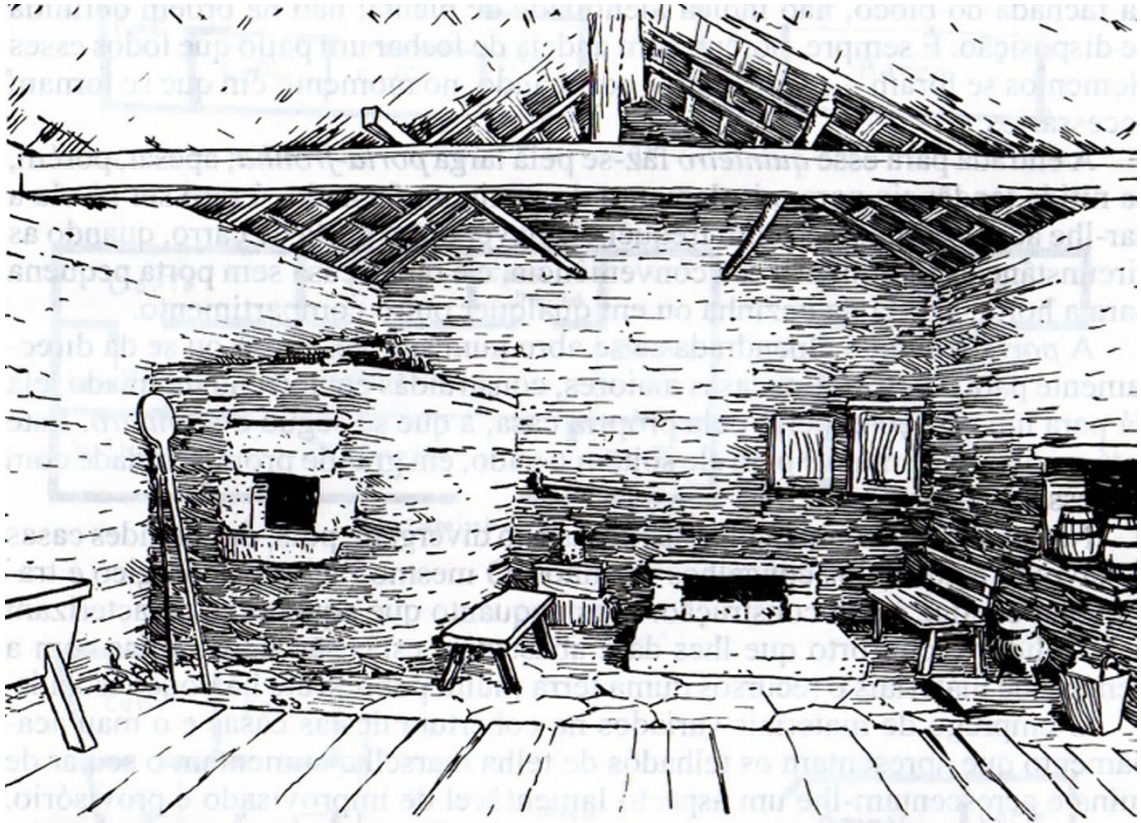


Figura 10 Lareira com o forno ao canto. Alvre, Paredes.



Figura 11 Lareira com o forno ao canto. Casa do Bodo.

Outro fator que caracteriza a cozinha rural no norte de Portugal é a chaminé ou a sua ausência. As cozinhas são geralmente caracterizadas pela sua negrura, devido à falta de uma chaminé por onde saíam os fumos das lareiras, existindo apenas a porta como elemento por onde entra luz e é renovado o oxigénio e pequenas frestas nas telhas.<sup>51</sup>

A chaminé é considerada um elemento relativamente recente, não sendo uma característica exclusiva das casas mais pobres. Porém é um elemento muito comum das casas na zona a Norte do Porto onde ocupam uma grande parte de uma das fachadas secundárias da casa, destacando-se em altura com a mesma largura da base ou noutros casos estreitando até ao topo. Esta última forma é geralmente encontrada nas zonas compreendidas entre a Maia, Paredes, Penafiel, Paços de Ferreira. Outro tipo de chaminé vulgar é a que ocupa toda a fachada secundária, com pelo menos duas paredes em pedra, sendo as outras uma vertical e outra no sentido oblíquo que fica revestida por telha, lousa ou chapa. Vêm-se ainda alguns exemplos de chaminés cobertas por um pequeno telhado elevado, sustentado em paredes com pequenas fendas para sair o fumo. Estas chaminés impediram que o fumo se propagasse pela cozinha.

A cozinha desempenha o papel de zona mais importante da habitação, sendo geralmente a maior divisão. O seu chão pode ser em terra batida, com lajes de pedra ou soalho de madeira, dependendo da região onde se encontra. Pode ser encontrada no andar ou no rés do chão, existindo a primeira em maior frequência. Existem casos em que a cozinha se situa num volume externo há habitação.

---

<sup>51</sup> Oliveira, Ernesto; Galhano Fernando. *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa, 1994. Pág. 109

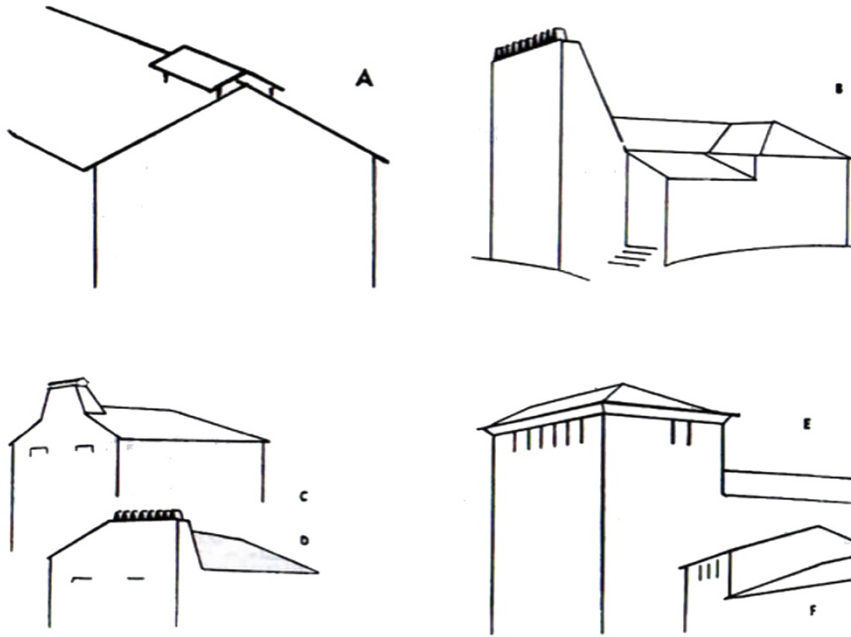


Figura 12 Tipos de chaminés

- A- Chaminé na sua forma mais elementar;
- B- Chaminés subindo à mesma largura da base;
- C- Chaminés estreitando desde a base até ao cume;
- D- Chaminé que não sobe a maior altura que o cume do telhado;
- E- Chaminé larga em forma de torre com telhado e fendas para saída de fumos;
- F- Telhados de duas águas em chaminés em forma de torre.



Figura 13 Vista exterior da chaminé. Casa do Bodo.



## **Capítulo 5: Caso de Estudio**

O Caso de estudo que se segue incide sobre a Casa de Férias em Ofir por esta apresentar algumas características em comum com o objeto em estudo. Possui aspetos diferenciadores como a função a que se destina. Esta é uma casa de férias e a Casa do Bodo é uma habitação rural com destino à produção agrícola, porém as duas encontram linhas em comum na linguagem que apresentam, nos materiais da terra onde estão inseridas que utilizam e na sua linguagem ligada ao terreno e à natureza envolvente.

Começo por fazer uma pequena introdução, onde apresento o Arquiteto Fernando Távora que projetou a Casa de Férias onde estabeleceu uma relação entre o vernáculo e o contemporâneo.

## 5.1 Fernando Távora

O arquiteto nasceu na cidade do Porto, a 25 de Agosto de 1923. Estudou arquitetura na Escola Superior de Belas Artes do Porto, atual Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, formou-se em 1952 onde foi assistente e acabaria por lecionar.<sup>52</sup>

Foi influenciado pelo arquiteto Carlos Ramos, através do contacto com o modernismo de Walter Gropius, Le Corbusier e com a arquitetura brasileira que estava em voga devido a uma exposição patente no Moma e ao livro *Brazilian Builds*. Lúcio Costa e Óscar Neimeyer são influências que produzem uma arquitetura organista e relacionada com o território.

Estas influências deram mote ao tema para o ensaio do concurso para obtenção do diploma de arquiteto, chamado “O problema das casas portuguesas” onde faz a proposta de uma habitação sobre o mar aproximando-se das presentes influências.

Ele tentava estabelecer uma relação entre o passado e o vernáculo com a arquitetura e rejeitava a estética da casa portuguesa, nacionalista, por a considerar como academismo falso que utilizava a colagem de motivos decorativos. Era preciso libertar-se dessas ideias e reinterpretar a história sem recorrer à repetição.

No 1º congresso do sindicato nacional dos arquitetos em 1948 os temas mais influentes foram a arquitetura no plano nacional e o problema português da habitação. Era dada a preferência às técnicas modernas onde os materiais seguiam a sua função condenando a cópia e imitação.

Participou na Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal, no Problema da Casa Portuguesa, em 1947 e o livro *Da Organização do Espaço* em 1962.

---

<sup>52</sup> Trigueiros, Luís. Fernando Távora. Lisboa, 1993. Disponível na internet: <https://revisitavora.wordpress.com/home/home-son/>

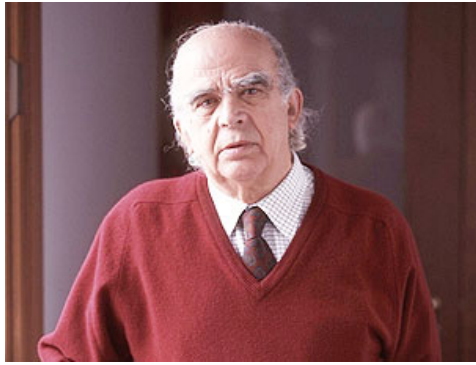


Figura 14 Fernando Távora

## 5.2 Casa de Férias em Ofir (1957-58)

No ano de 1957, por encomenda de Fernando Ribeiro da Silva, Fernando Távora leva a cabo um dos seus mais marcantes projetos. A casa de Ofir, construída no ano seguinte entre o Rio Cávado e o mar, no pinhal de Ofir, Esposende, na qual o autor recorre a técnicas construtivas e escolhas de materiais em concordância com a região e época, tendo ali orquestrado uma relação com o espaço exterior bastante evidente, numa composição volumétrica de traço modernista apenas contrariada pelo carácter tradicional de alguns materiais aplicados.



Figura 15 Implantação

### 5.2.1 Enquadramento

A casa de férias em Ofir situa-se num terreno isolado, rodeado por pinheiros onde os percursos de acesso à casa são adaptados ao declive do terreno. A entrada está resguardada por um muro em cantaria, com um portão de madeira, por onde se faz o acesso ao terreno.<sup>53</sup>



Figura 16 Envolvente

---

<sup>53</sup> Basto, Sónia. Casa do Doutor Fernando Ribeiro da Silva/ Casa do Pinhal de Ofir/ Casa de Férias de Ofir. Forte de Sacavém, 2001-2016. Disponível na internet:  
[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=21301](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21301)

## 5.2.2 Morfologia

A planta está organizada a partir de um pátio central, a partir do qual se desenvolvem três corpos retangulares que conferem a forma de um T à planta geral. Como os volumes têm apenas um piso a edificação adquire uma predominante horizontal, rematada por telhados de uma, duas águas e cobertura plana. Cada uma das zonas possui uma função diferenciada. A área principal e pública, onde estão as áreas de comer e de estar; a área de serviço, onde estão localizadas a cozinha e zonas adjacentes bem como o quarto da criada; e por fim a zona mais privada com os quartos, um quarto de casal e mais cinco quartos com duas camas cada.<sup>54</sup>

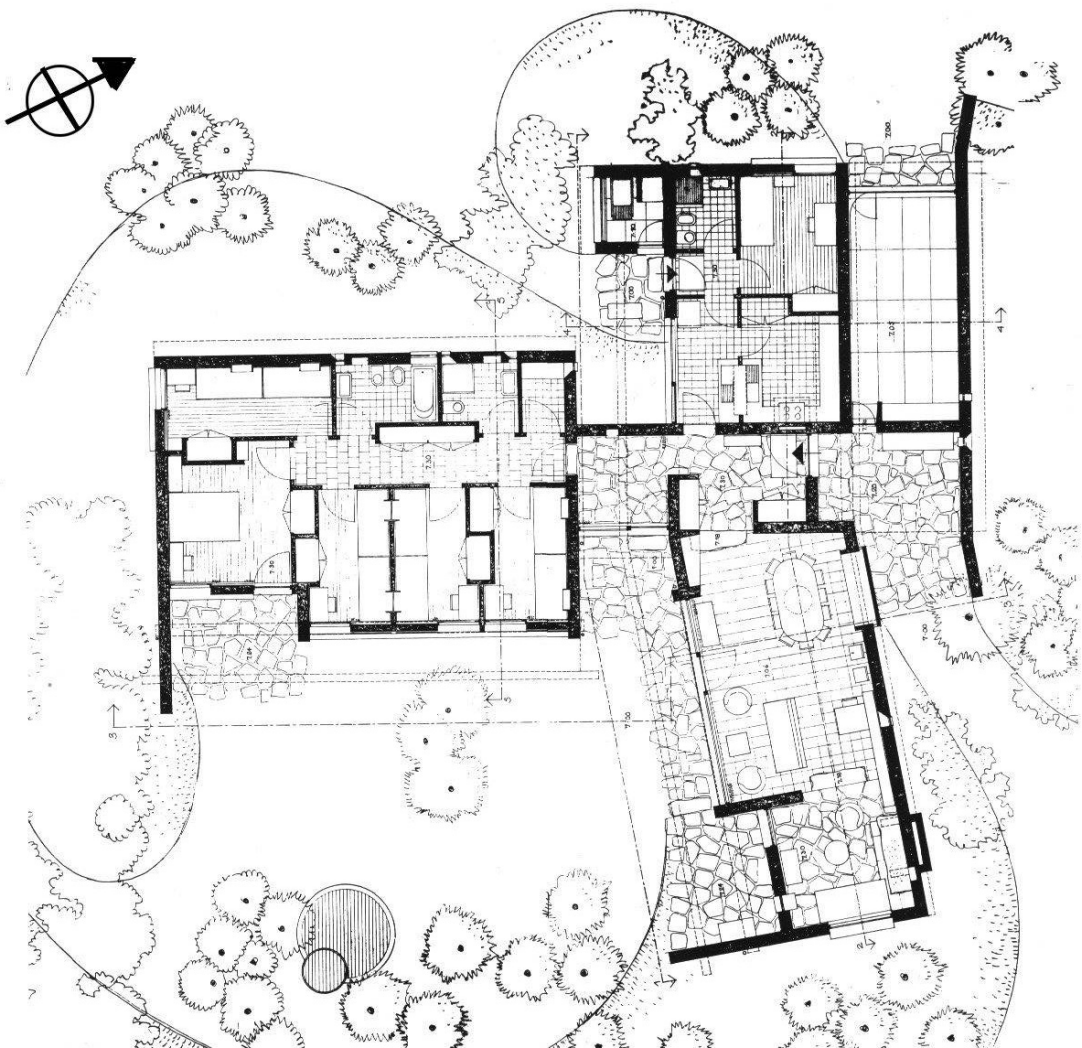


Figura 17 Planta

<sup>54</sup> Ibidem.



“Na arquitetura- e também a mais ou menos a longo prazo- o tempo joga como fator fundamental e não apenas como dimensão de observação, mas como dimensão da própria obra, sabido como é que um edifício tem uma vida pois que o cumprimento de determinadas funções concretas o obrigam a uma atualização- ou a um abandono- que o alteram como espaço organizado.”<sup>55</sup>

## Capítulo 6: Casa do Bodo

---

<sup>55</sup> Távora, Fernando. Da organização do Espaço. Porto, FAUP publicações. 2008, pág. 16.

A Casa do Bodo é uma habitação com características vernaculares, datada de 1708, localizada em Sobrosa, Paredes. Pertenceu sempre à mesma família passando de geração em geração através de dotes de casamento ou testamentos. Desde sempre cumpriu a função de complexo agrícola, e esteve habitada até 1998. Ainda hoje é utilizada para guardar e produzir vinho apesar de já não ter qualquer morador.<sup>56</sup>



Figura 18 Alçado Este da casa do Bodo.

---

<sup>56</sup> Pinto, José. Sobrosa- História e Património. Sobrosa, 2007. Pág. 267-168

## 6.1 Caracterização

### 6.1.1 Composição Urbana

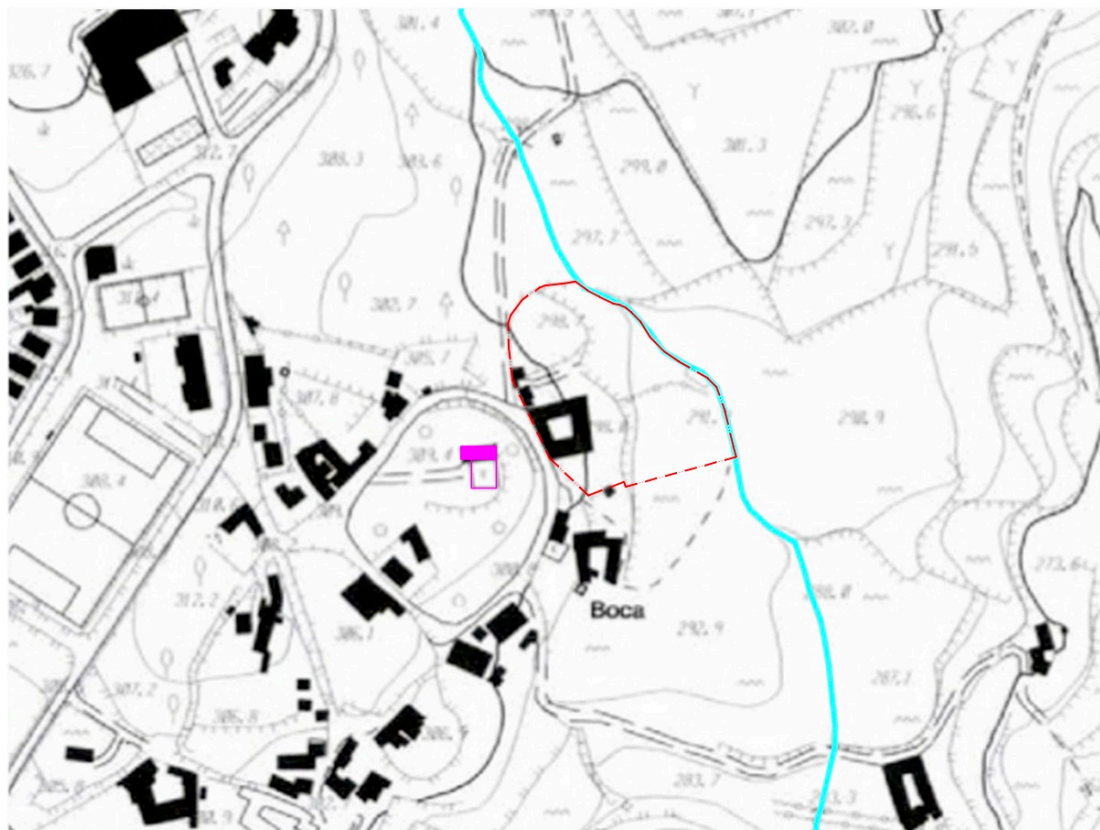
Numa altura em que a população desenvolvia a sua vida em torno do trabalho agrícola, o tecido urbano desenvolvia-se em redor deste tipo de habitações e dos seus campos de cultivo. Localizado no extremo Sul da freguesia de Sobrosa e encostado a uma estrada secundária, o edifício ainda serve como porta de entrada para um vasto conjunto de terrenos agrícolas.



Figura 19 Localização da Casa do Bodo.

### 6.1.2 Morfologia

Constituído por quatro volumes retangulares, dispostos de forma irregular, o edifício acomoda-se ao relevo existente e localiza-se próximo de uma ribeira que facilitava o regadio dos terrenos. A Oeste localizava-se o antigo sequeiro, numa elevação mais ensolarada.



- Limite da Propriedade
- Ribeira
- Antigo Sequeiro

Figura 20 Envolvente da Casa do Bodo.

A organização dos espaços interiores e a forma como estes se posicionam traduz a sua relação com o terreno. A planta desenvolve-se em torno do pátio central onde se distribuem todos os espaços interiores, independentemente de serem espaços privados como os quartos, ou públicos como a cozinha e a sala ou funcionais como os currais dos animais.

Os volumes Este e Sul, com dois pisos de altura, assentam na cota mais baixa do terreno e destacam-se dos restantes de apenas um piso. O volume Oeste está integrado na cota mais alta onde fica a estrada de acesso à habitação e o volume Norte acompanha o declive do terreno. Com telhados de baixa pendente, em telha portuguesa, os volumes Norte, Este e Sul são de duas águas e o volume Oeste tem apenas uma.

As entradas principais são duas e estão acessíveis pela estrada secundária que está encostada à habitação. A porta principal faz a ligação ao pátio central, precedida por um coberto enquanto a porta secundária faz o acesso aos campos de cultivo.

No interior, o piso superior funcionava como habitação unifamiliar e o inferior como zona para guardar os animais e os produtos agrícolas. A cozinha, localizada mais a Norte era seguida pela sala e pelos quartos. O volume Norte funciona independente e servia de habitação a arrendatários.



Figura 21 Plantas da Habitação.

### 6.1.3 Descrição das fachadas

A fachada principal está virada para os terrenos agrícolas a Este e destaca-se na paisagem pela relação com a envolvente natural em contraste com o volume horizontal de pedra. Com dois pisos de altura, possui aberturas de luz no piso superior que se organizam de forma regular e ritmada. As janelas são em madeira com abertura em guilhotina. O piso inferior possui uma janela que se localiza simetricamente com a primeira janela mais à direita do piso superior e tem outras pequenas aberturas de ventilação. O volume mais Norte da fachada destaca-se do resto pela diferença de altura, superior á restante, reflete a presença da chaminé existente na cozinha e pela forma como se dispõe a pedra, que nos remete a uma pré-existência. A fachada é encimada por uma cornija em pedra que acompanha toda a habitação.

A fachada Sul possui três aberturas de luz regulares, com moldura de pedra, uma é janela de sacada, com uma pequena varanda. O piso inferior está parcialmente enterrado no terreno, constituído três muros de suporte que fazem a ligação da cota mais baixa do terreno à cota superior, na rua de acesso à habitação.

A fachada Oeste tem apenas um piso ao nível da estrada, com pequenas aberturas de ventilação. As portas principais são duas, uma ao centro, a principal e outra mais a Norte. A porta principal, em madeira, destaca-se da fachada com uma moldura de pedra e uma cornija decorada com uma cruz e dois pináculos. A entrada secundária tem portas em madeira e dá acesso direto aos campos de cultivo.

A fachada Norte está dentro dos muros da propriedade e temos acesso a esta através da entrada secundária. É composta por dois volumes contínuos que estão ligados pela porta de abertura ao pátio da habitação e o primeiro volume, à esquerda, mais alto com o piso inferior parcialmente enterrado, com uma porta a que temos acesso através de escadas. O piso superior destaca-se pelo acesso que uma escada exterior faz à porta da cozinha. O volume mais baixo, não tem aberturas na fachada e o pátio exterior tem um tanque com água corrente coberto com vides que sombreiam toda a zona.



Figura 22 Alçado Este.



Figura 23 Alçado Sul.



Figura 24 Alçado Oeste.



Figura 25 Alçado Norte.



Figura 26 Continuação do alçado Norte.

#### 6.1.4 Fases de Reabilitação

O edifício sofreu alterações durante os anos em que foi habitado, principalmente obras de ampliação. Elas estão presentes nas paredes estruturais, principalmente nas ligações entre diferentes zonas e em elementos decorativos das fachadas.

A habitação data de 1708, sendo que este primeiro volume a ser construído era de menor dimensão e de forma retangular virado para Sul. Dispunha apenas de uma cozinha e pequenos quartos de dormir. Esta habitação era mais modesta que a atual. Através da observação da pedra das paredes estruturais podemos observar que esta zona tinha um pé direito inferior e que a cozinha existia anteriormente no mesmo sítio mas a uma cota diferente.

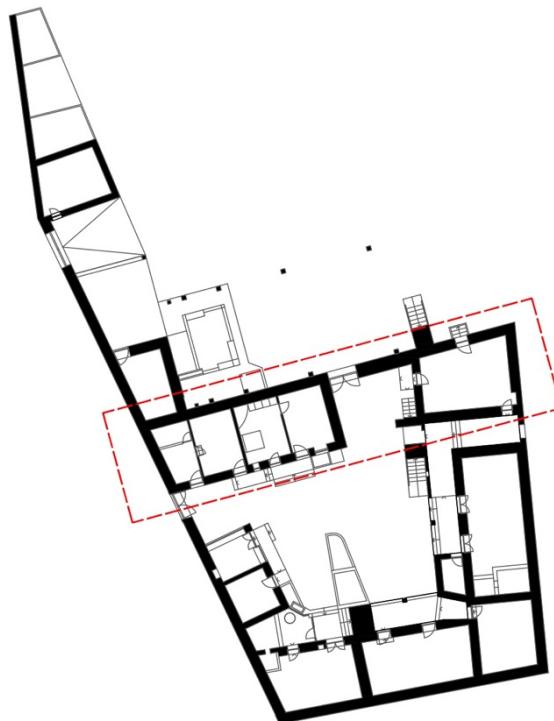


Figura 27 Volume mais antigo da habitação.



Figura 28 Parede no interior da cozinha onde se pode observar uma pré-existência e alteração do pé direito.



Figura 29 Volume destacado do resto da habitação.



Figura 30 Relação entre a fachada pré-existente e a mais recente.

A segunda intervenção, que terá decorrido por altura de um casamento em 1869 para acomodar uma família abastada que recebeu a habitação como dote de casamento, terá sido a mais significativa. Foi acrescentado o volume Nascente e Sul para albergar uma nova família. A cozinha passou a funcionar no piso superior, tendo sido o ponto de partida para os volumes. O piso superior acomodou a habitação com os quartos virados para Este e a sala a Sul e no piso inferior ficavam os animais e os produtos agrícolas. Nesta altura temos a configuração da habitação, tal como existe hoje.

A zona Norte da habitação onde existe uma fonte e um tanque com água corrente também foi fechada do exterior com um muro contíguo à fachada existente e acompanhado uma estrada secundária em terra.

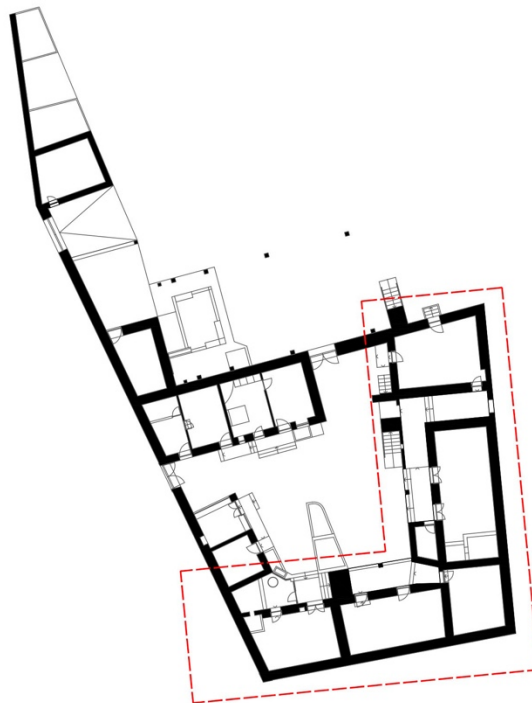


Figura 31 Novo volume construído.



Figura 32 Fotografia antiga do pátio interior. Sem data.



Figura 33 Fotografia atual do pátio interior.



Figura 34 Fotografia antiga do encontro entre as fachadas este e sul. Sem data.



Figura 35 Foto atual do encontro entre as fachadas este e sul.

Por fim, a última intervenção ocorreu nos anos 2000, servindo apenas para conservar a habitação e para criar uma nova distribuição no interior da zona de habitação. Foi construída uma laje em betão no piso térreo e no piso superior e o telhado foi reconstruído de forma a proporcionar mais conforto. Os quartos foram reestruturados, a sala passou para o pé da cozinha, virada a este e todo o restante piso acomoda agora três quartos e uma pequena sala, cada quarto com uma instalação sanitária privada. O piso inferior serve apenas para arrumos de mobiliário e para a guarda de garrafas e cubas de vinho. O volume mais a Norte, que funcionou como casa do arrendatário encontra-se sem utilização aparente.

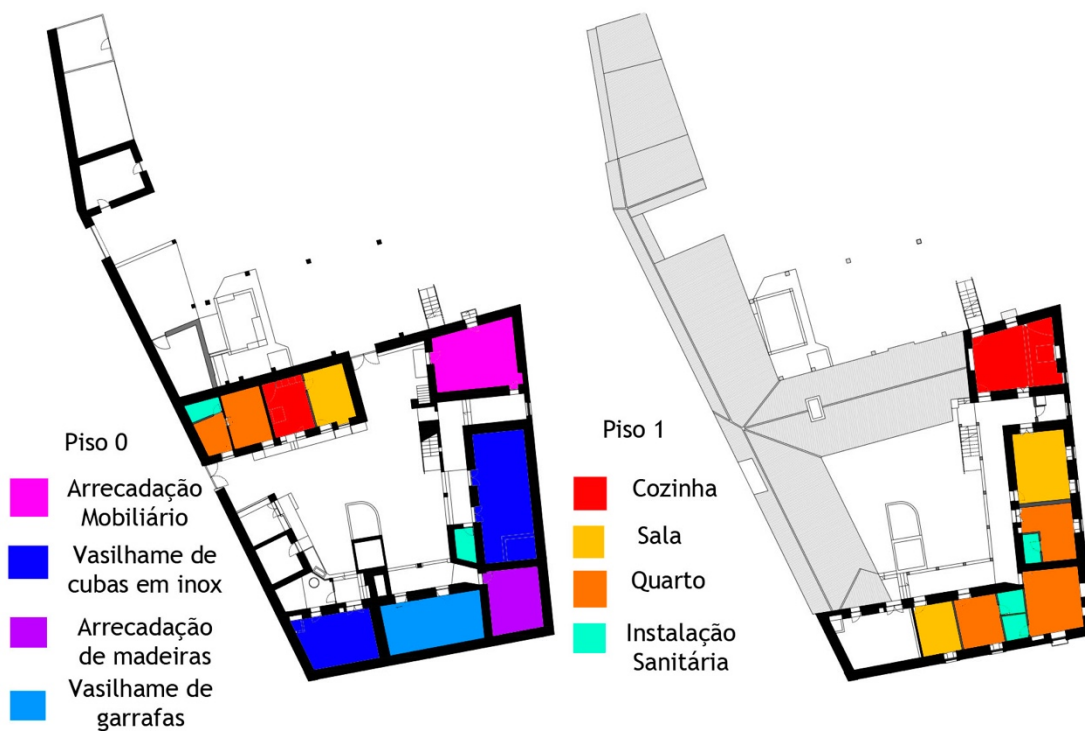


Figura 36 Divisões atuais na habitação.

## 6.2 Intervenção

A ideia principal do projeto consiste em atribuir uma nova função, de Escola de Artes e Ofícios da Madeira, a um edifício existente, com características de Arquitetura Vernacular que funcionava como complexo agrícola. Albergava as funções de habitação unifamiliar e de guarda de animais e produtos alimentares. Este edifício estava integrado num modelo de comunidade maioritariamente agrícola. Nos dias de hoje, ele já não cumpre mais a sua função e por isso a proposta pretende devolver a sua utilidade á comunidade.

### 6.2.1 Conceito

A premissa inicial consiste em encontrar uma linguagem em comum para os dois edifícios, de épocas e linguagens diferentes. As escolhas construtivas devem estar em harmonia com o existente e com o local. A criação do edifício contemporâneo deve ter apenas processos construtivos contemporâneos de forma a diferenciar estes dois momentos.



Figura 37 Relação entre os materiais construtivos, o vernáculo e o contemporâneo.

Numa época em que as pessoas viviam essencialmente da agricultura, a habitação cumpria uma função, porém esse fator já não se presencia, por isso a transição dos espaços de apoio á agricultura para espaços escolares trouxe um conjunto de novos elementos que resultam na alteração da leitura dos espaços e na distribuição dos percursos interiores no edifício existente.

O pátio é o elemento central a partir do qual se organizavam as várias funções e o programa desenvolve-se a partir daqui utilizando a estrutura de pedra como base para as novas divisões, e servindo de porta de entrada para o novo edifício, contíguo ao existente. Os espaços interiores dividem-se por função administrativa nos pisos superior e inferior, ficando o bar reservado a um espaço isolado a poente. As zonas técnicas dos funcionários e instalações sanitárias encontram-se no piso inferior onde também fica a passagem para o novo edifício.

O novo edifício segue as linhas orientadoras do existente, está virado a este tal como a fachada principal. É marcadamente horizontal, assentando também no declive do terreno existente. A sua configuração interior atua como elemento impulsionador das aberturas de luz nas fachadas. A articulação dos espaços é pensada de modo a compreender a orientação solar de forma coerente.



Figura 38 Relação entre o edifício existente e o novo.

## 6.2.2 Programa

Todo o conjunto programático se desenvolve através da relação entre o edifício existente e o novo. Os espaços públicos e de secretaria desenvolvem-se dentro das paredes estruturais existentes, como o bar, a secretaria, a sala do diretor, sala de reuniões e sala de professores. No novo polo desenvolvem-se os espaços de trabalho como as salas de aula, o FabLab, a biblioteca, o auditório e as oficinas de marcenaria e entalhamento.



Figura 39 Implantação.

O acesso pedonal do edifício pode ser feito pela porta principal e pela secundária, estando esta reservada principalmente aos automóveis, pois tem passagem para um estacionamento exterior dentro dos muros do terreno. A receção e secretaria situam-se no piso inferior do volume existente e são acessíveis através do pátio central que faz também a ligação ao volume novo. No piso superior estão localizadas as zonas de diretoria como a sala do diretor, sala de reuniões e de professores, reservando-lhes assim um local mais resguardado. O bar situa-se no edifício Norte.

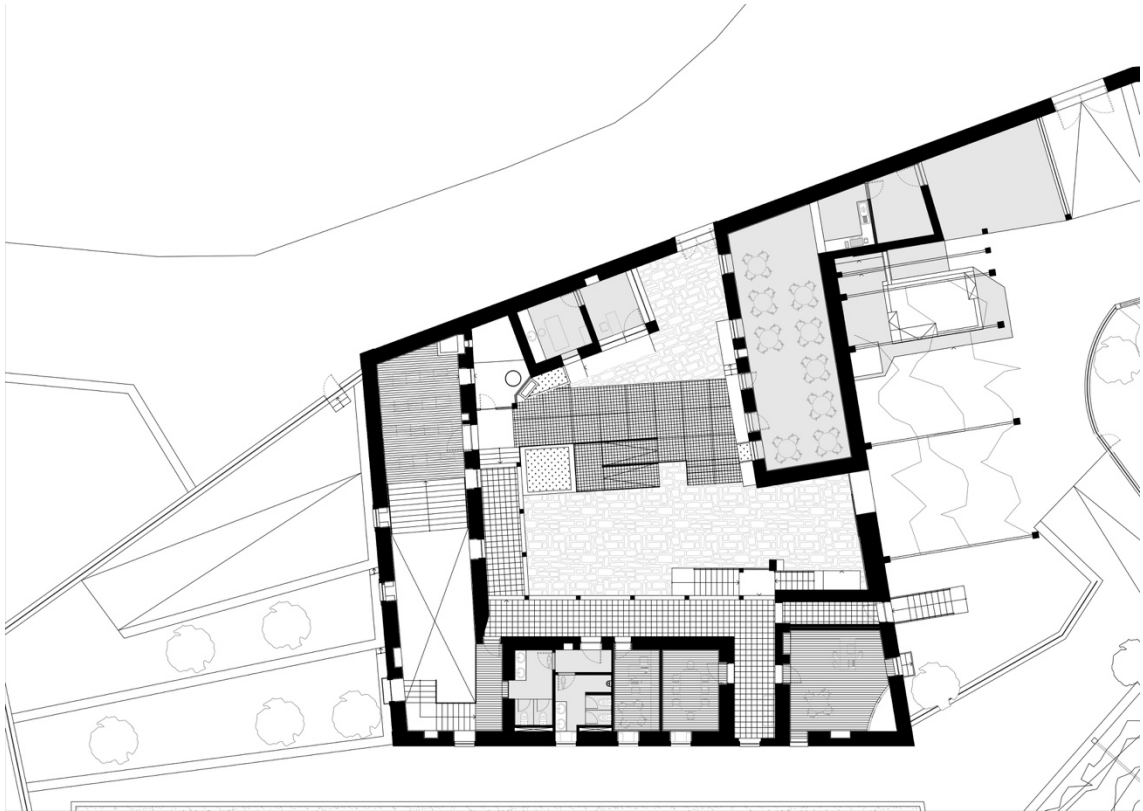


Figura 40 Planta Piso 0.

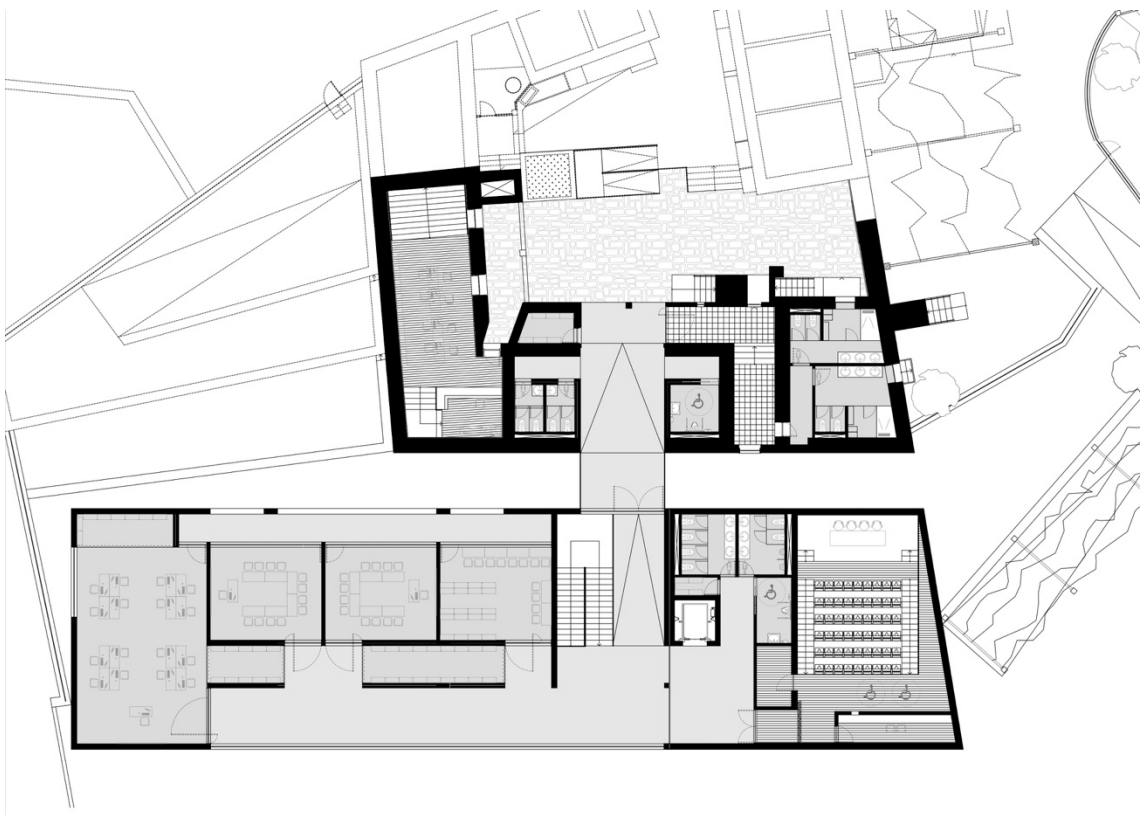


Figura 41 Plana Piso -1.

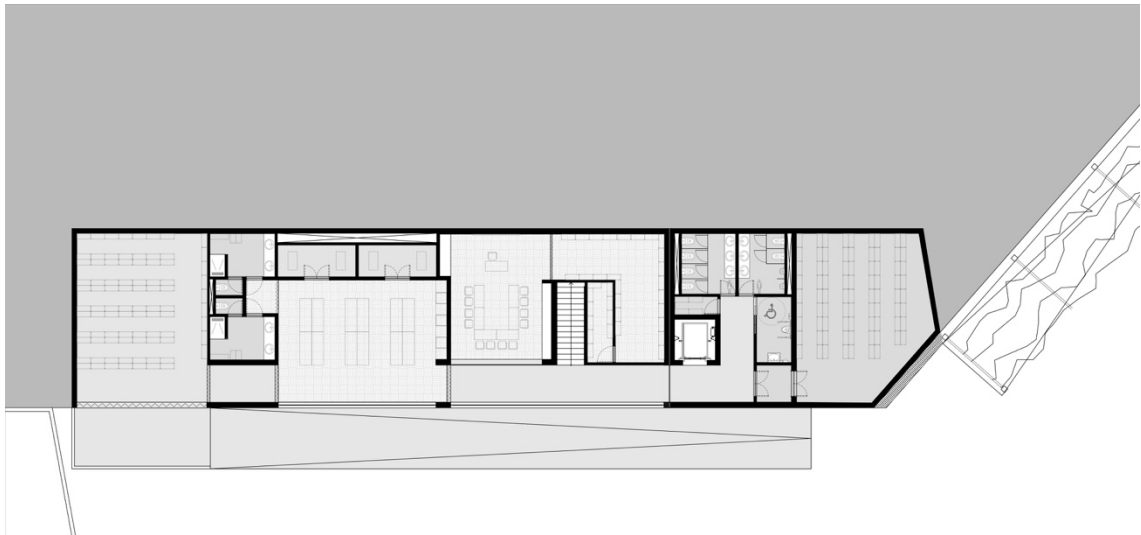


Figura 42 Planta Piso -2.

No edifício novo, que podemos aceder através do pátio central, a entrada divide o edifício em duas zonas, esquerda com as instalações sanitárias e auditório e direita com a biblioteca, as salas de aula e o FabLab. As escadas dão acesso ao piso inferior onde se localizam as oficinas de entalhamento e marcenaria. O edifício novo pode ser acedido pelo exterior para cargas e descargas de materiais ou móveis realizados pelos alunos.

### 6.2.3 Plano de Formação

O plano de formação para a escola de Artes e Ofícios da Madeira visa dotar os alunos de competências que lhes possam trazer mais valias no mercado de trabalho e no seu conhecimento pessoal. Com incidência nas técnicas tradicionais, pretende desenvolver um espaço de união entre o mais tradicional trabalho da madeira e as tecnologias modernas como o desenho técnico e o 3D. O plano de formação contém a existência de aulas teóricas, sobre a história da arte e do design, o desenho técnico em 2D e 3D. As aulas práticas incidem sobre o trabalho da madeira, em oficina, onde serão exploradas as técnicas da escultura e entalhamento, as técnicas de construção e acabamento de peças decorativas e de mobiliário.

## 6.2.4 Acabamentos

Num edifício marcado pela sua solidez e durabilidade, o existente apresenta uma estrutura em pedra à vista que apenas é intercalado pela existência de madeira nas portas e janelas. Como elemento natural em oposição à robustez da pedra, a madeira é um material natural, quente e versátil que acompanhou toda a evolução construtiva do homem e se integra no espaço de forma a transmitir conforto. Por essa razão os elementos a acrescentar no edifício existente vão ser em madeira, como os soalhos nas zonas de escritórios, as novas janelas e portas, e painéis de madeira de bétula sem nós revestindo as paredes tornando as divisões mais iluminadas e confortáveis, contrariando a sua pequena área.

A relação com o edifício novo é feita através de uma rampa que se destaca pela localização central na fachada interior Este do existente e que faz a transição entre a robustez da pedra enquanto elemento natural e do betão enquanto material contemporâneo. A rampa de acesso e todo o novo edifício têm como pavimento o cimento afagado de forma a continuar esta ligação entre os materiais. As oficinas de marcenaria e entalhamento são em tacos de madeira devido às suas características de resistência à vibração de máquinas que podem ser usadas nas oficinas e a sua fácil manutenção. O edifício desenrola-se em dois pisos, com o inferior parcialmente enterrado e com revestimento em reboco branco de forma fazer o contraste entre o envolvente natural e a fachada de pedra existe que o precede. O piso superior deste é ligeiramente destacado, criando um espaço de sombreamento no piso inferior onde existem as oficinas que não precisam de luz direta.



Figura 43 Fachada Este.

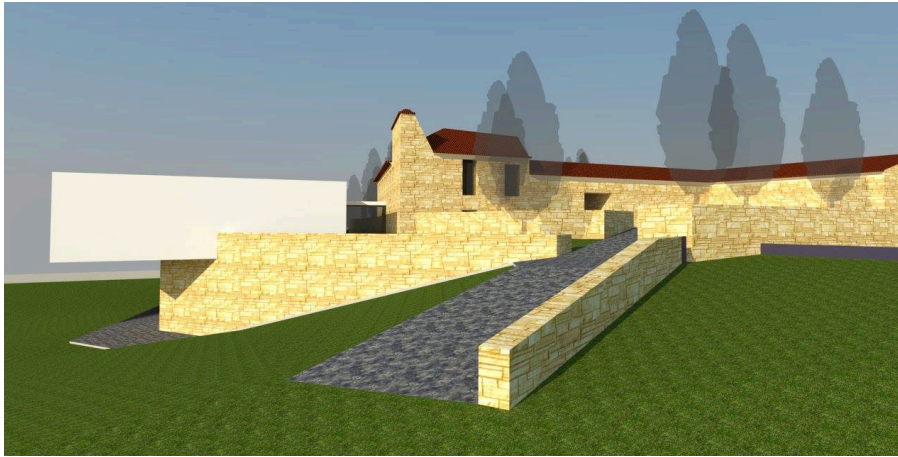


Figura 44 Alçado Norte.



Figura 45 Vista aérea.



## **Capítulo 7: Considerações Finais**

O estudo aqui levado a cabo definiu a determinação do olhar adequado a um tema frenético na arquitetura, que ainda assim deve manter a devida divulgação acadêmica para uma melhor iniciação ao respeito pelo território edificado. Compreender as características arquitetônicas de um lugar é ligar-se intimamente ao seu habitar, à sua história e à sua função. Perceber como a racionalidade de reabilitar se torna não raras vezes tão ou mais sustentável que o crescimento do edificado a partir do nada ajuda-nos a manter uma boa relação com o passado, sem cair no erro de descaracterizar, mas acrescentando história ao objeto. Conclui-se que as linhas mestras deste estudo passam por isso mesmo, uma análise ao contexto, uma tentativa de compreender a importância do patrimônio reutilizável e, por fim, o acrescento de valências objetivas sempre que se justifique, valorizando o contexto passado, construindo nele o futuro.

## **Capítulo 8: Bibliografía**

Ballart, Josep. El Património Histórico y Arqueológico: Valor y Uso. Barcelona, 1997.

Basto, Sónia. Casa do Doutor Fernando Ribeiro da Silva/ Casa do Pinhal de Ofir/ Casa de Férias de Ofir. Forte de Sacavém, 2001-2016. Disponível na internet: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=21301](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21301)

Breve Caracterização Geográfica e Demográfica. In Vila de Sobrosa- Paredes. 2018. Disponível na Internet: [https://www.freguesias.pt/portal/caracterizacao\\_freguesia.php?cod=131021](https://www.freguesias.pt/portal/caracterizacao_freguesia.php?cod=131021)

Campo Aberto- Cidadania Ativa por uma região um país e um mundo melhor. Porto, 2018. Disponível na Internet: <http://www.campoaberto.pt/2010/02/18/rio-sousa-2>

Carta de Atenas. Conclusões da conferência internacional de Atenas sobre o restauro de monumentos. Serviço internacional de museus, Atenas, de 21 a 30 de outubro de 1931. Disponível na internet: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>

Carta de Veneza. Sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios. Veneza, de 25 a 31 de maio de 1964. Disponível na internet: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>

Carta Europeia do Património Arquitetónico, Concelho da Europa, Estrasburgo, 26 de setembro de 1975. Disponível na Internet: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaeuropeiapatrimonioarquitetonico1975.pdf>

Carta sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico. Lausanne, 1990.

Disponível na internet:

[http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta\\_do\\_patrimonio\\_arqueologico.pdf](http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta_do_patrimonio_arqueologico.pdf)

Carta sobre o Património Construído Vernáculo. México, outubro de 1999. Disponível na internet:

[http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1999\\_\\_carta\\_sobre\\_o\\_patrimonio\\_construido\\_vernaculo-icomos.pdf](http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1999__carta_sobre_o_patrimonio_construido_vernaculo-icomos.pdf)

Choay, Françoise. Alegoria do Património. Lisboa, 2015.

Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Paris, 21 de novembro de 1972. Disponível na internet:

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoParaaProteccaoDoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf>

Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa. Granada, 3 de outubro de 1985. Disponível na internet: [http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1985-convencao\\_para\\_a\\_salvaguarda\\_do\\_patrimonio\\_arquitetonico\\_da\\_europa\\_granada-conselho\\_da\\_europa.pdf](http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1985-convencao_para_a_salvaguarda_do_patrimonio_arquitetonico_da_europa_granada-conselho_da_europa.pdf)

Diário da República nº 86 Série I Parte A de 10/04/1976 Disponível na internet: [http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item\\_id&value=229831](http://bdjur.almedina.net/item.php?field=item_id&value=229831)

Duarte, J. Moedas. Estudos do Património. Disponível na internet: <http://estudospatrimonio.blogspot.com/2013/12/etapas-da-defesa-do-patrimonio.html>

Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Nº 1 do Art. 2, Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro.

Lei 13/85 de 6 de julho. Património Cultural Português. Disponível da internet: <https://dre.tretas.org/dre/34833/lei-13-85-de-6-de-julho>

Lino, Raul. Casas Portuguesas. Lisboa, 2007.

Medeiros, Carlos Alberto. Geografia de Portugal: Ambiente Natural e Ocupação Humana - Uma Introdução. Lisboa, 2000.

Oliveira, Ernesto; Galhano Fernando. Arquitetura Tradicional Portuguesa. Lisboa, 1994.

Património in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa. Porto: Porto Editora, 2003-2018. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/patrimonio>

Peixoto, Paulo. Os meios rurais e a descoberta do património. Coimbra 2002.

Pinto, José. Sobrosa- História e Património. Sobrosa, 2007.

Recomendação Relativa á Proteção e Valorização do Património Arquitectónico Rural. Estrasburgo, 13 abril de 1989. Disponível da internet: [http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1989-recomendacao\\_relativa\\_a\\_protecao\\_e\\_valorizacao\\_do\\_patrimonio\\_arquitetonico\\_rural-conselho\\_da\\_europa.pdf](http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1989-recomendacao_relativa_a_protecao_e_valorizacao_do_patrimonio_arquitetonico_rural-conselho_da_europa.pdf)

Rodrigues, Donizete. Património cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica. Covilhã, 2012.

Sampaio, Alberto. Estudos Económicos: Casas do Norte de Portugal vol.1. Lisboa, 1979.

Távora, Fernando; Pimentel, Rui; Meneres, António. A Arquitetura Popular em Portugal. Lisboa, 2004.

Távora, Fernando. Da organização do Espaço. Porto, FAUP publicações. 2008.